Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo

(Documento 2)

São Gonçalo/RJ

2015

Sumário

INTRODUÇÃO....6
1.1. Responsabilidade Social....6
1.2. Educação Inclusiva....7
1.3. Missão Institucional....8
1.4. Objetivos Institucionais....9
1.5. Finalidades e Áreas de Atuação....9
1.6. Diretrizes Pedagógicas....10
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL....10
2.1. Órgãos Consultivos....12
2.1.1. CONSEPE....12
2.1.2. Colegiados de Cursos....12
2.1.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)....12
2.1.4. Comissão Própria de Avaliação (CPA)....13
2.2. Órgãos Executivos....13
2.2.1. Reitoria....14
2.2.2. Coordenação Geral Acadêmica....14
2.2.3. Coordenação de Pós Graduação e Extensão (CPE)....14
2.2.4. Coordenação Acadêmica de Curso (CAC)....14
2.3. Órgãos Auxiliares e de Apoio....15
2.3.1. Secretaria Acadêmica - SAC....15
2.3.2. Núcleo de Atendimento ao Estudante- NAE....16
2.3.3. Núcleo De Registro De Diplomas - NRD....16
2.3.4. Núcleo de Educação a Distância – NEAD....17
2.3.5. Núcleo de Controle e Manutenção de Laboratórios – CML....17
2.3.6. Biblioteca....18
2.4. Gestão administrativa....18
2.4.1. Condições de Gestão....18
2.4.2. PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)....18
2.4.3. Organização e Gestão de Pessoal....19
2.4.3.1. Corpo Docente....19
2.4.3.2. Plano de Capacitação Docente....20
2.4.4. Área para convivência e desenvolvimento de atividades sociais....21
2.4.5. Infraestrutura de alimentação e de outros serviços....21

2.4.6. Relações, parcerias e cooperação com a comunidade, instituições e empresas 21
DADOS GERAIS DO CURSO 23
3.1. Denominação 23
3.2. Modalidade 23
3.3. Vagas anuais 23
3.4. Dimensionamento das Turmas 23
3.5. Turno 23
3.6. Duração do Curso 23
3.7. Regime de Matrícula 23
3.8. Endereço do Campus 23
3.9. Base legal 23
DADOS DO COORDENADOR DO CURSO 24
4.1. Identificação 24
4.2. Regime de Trabalho 24
4.3. Atuação do coordenador 24
4.4. Titulação e Formação do Coordenador do Curso 24
4.5. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador 24
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO 25
5.1. Contexto educacional 25
5.1.1. Concepção do Curso 25
5.2. Políticas institucionais no âmbito do curso 25
5.3. Missão e objetivo do curso 26
5.4. Perfil profissional do egresso 27
5.4.1. Perfil do egresso 27
5.4.2. Competências e Habilidades 29
5.5. Atividade Profissional e Mercado de Trabalho 31
5.5.1. Atividade Profissional 31
5.5.2. Mercado de Trabalho 32
5.6. Organização curricular 32
5.6.1. Matriz curricular 34
5.6.2. Conteúdos curriculares 35
5.7. Articulação das Atividades Acadêmicas 35
5.8. Metodologia 35
5.8.1. Aprendizagem autodirigida 36

5.8.2. Aprendizagem baseada em problemas ou casos 36
5.8.3. Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria 37
5.8.4. Aprendizagem orientada para a comunidade 37
5.9. Regime Acadêmico 38
5.9.1. Normas Gerais 38
5.9.2. Processo Seletivo 39
5.9.3. Acesso e Matrícula 39
5.9.4. Avaliação da Aprendizagem 40
5.10. Atividades Extraclasse 40
5.10.1. NPES – Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais 40
5.10.1.1. Estágio curricular supervisionado 41
5.10.1.2. Monitoria 41
5.10.2. Atividades complementares 42
5.10.3. Atividades de Extensão 42
5.10.3.1. Programas de Curso de Extensão On Line 42
5.11. Apoio ao discente 44
5.11.1. Apoio Psicopedagógico ao Discente 44
5.11.2. Mecanismos de Nivelamento 44
5.11.3. Ouvidoria 45
5.11.4. Atendimento Extraclasse 45
5.11.5. Acompanhamento de Egressos 45
5.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso 46
5.13. Atividades de tutoria – Disciplinas EaD 46
5.13.1. Material didático institucional 46
5.13.2. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes. 47
5.13.3. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 47
5.14. Corpo Docente e Tutorial 47
5.14.1. Corpo Docente 47
5.14.2. Corpo Tutorial 47
5.15. Infraestrutura da instituição 48
5.16. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos 48
5.17. Sala de professores 48
5.18. Salas de aula 48
5.19. Biblioteca 48

5.19.1. Acervo por Área de Conhecimento 48
5.19.2. Espaço Físico para Estudos 49
5.19.3. Horário de Funcionamento 49
5.19.4. Pessoal Técnico-Administrativo 49
5.19.5. Serviços Oferecidos 49
5.19.6. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo 50
5.19.7. Bibliografia básica 50
5.19.8. Bibliografia complementar 50
5.19.9. Periódicos especializados 50
5.20. Infraestrutura para Acessibilidade a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais 50
5.21. Plano de Expansão 52
APÊNDICE 1 – Dados do Município de São Gonçalo 53
APÊNDICE 2 – Conteúdos Programáticos 57
APENDICE 3: Regulamento Geral do NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPRESARIAIS E SOCIAIS – NPES da Faculdade Paraíso 97
APÊNDICE 4: Regulamento das Atividades Complementares 102
Apêndice 5 – Regulamento do Estágio Supervisionado 105

INTRODUÇÃO

A Faculdade Paraíso (FAP) foi fundada em 3 de maio de 2000, data em que obteve o credenciamento mediante Portaria do Ministro da Educação. Representa a evolução do Colégio Paraíso, que, reafirmando sua vocação empreendedora, com responsabilidade social e empresarial, assumiu os riscos de proporcionar à comunidade de São Gonçalo a oportunidade de construir as competências e habilidades que o dinamismo do mundo exige.

A Faculdade Paraíso se apresenta à comunidade de São Gonçalo como opção de construção de oportunidade de desenvolvimento. Seguindo a tradição de seriedade, trabalho e organização do Colégio Paraíso, a Faculdade Paraíso assume sua responsabilidade de vivenciar os valores de competência profissional, argumentação sólida, respeito a si mesmo e ao outro e solidariedade. Sua marca e seu distintivo será a competência no ensino. Seu campus fica localizado no município de São Gonçalo[1], que integra a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

1.1. Responsabilidade Social

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861, de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. São princípios fundamentais do SINAES:

(a) a responsabilidade social com a qualidade da educação superior;

(b) o reconhecimento da diversidade do sistema;

(c) o respeito à identidade, à missão e à história das IES;

(d) a compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

O artigo 2º da citada lei dispõe que o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar: “I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos”.

A responsabilidade social de uma instituição de educação superior reflete-se na forma de conduzir e gerenciar as suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Uma instituição de ensino socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (estudantes, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos seus dirigentes e/ou mantenedores ou sócios. A Faculdade Paraíso tem como política de responsabilidade social o

[1] No Apêndice I há um resumo das principais características do Município de São Gonçalo.

atendimento à sua comunidade acadêmica, com qualidade, ética, respeito e dignidade, estendendo à comunidade social os benefícios da produção intelectual e científica de seus professores e estudantes.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva é refletida:

(a) na transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;

(b) na natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;

(c) nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;

(d) na promoção de um clima organizacional que propicie o relacionamento fraterno e harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica e com a comunidade externa;

(e) na efetividade de programas de benefícios a professores e técnico-administrativos, especialmente, por intermédio dos planos de capacitação de recursos humanos, de carreira docente e de cargos e salários;

(f) na concessão de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria aos estudantes que demonstrarem aptidão para essas tarefas, de acordo com a programação anual;

(g) no incentivo e apoio ao voluntariado.

1.2. Educação Inclusiva

Esta instituição assume que as diferenças humanas são normais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez do educando adaptar-se ao processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada no educando atende aos objetivos institucionais e às diferenças do educando, beneficiando a sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada no educando pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão frequentemente consequências de uma educação de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na ideia de que "um tamanho serve a todos".

A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. A educação inclusiva proporciona um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total dos portadores de necessidades especiais no processo de aprendizagem. O sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. A educação inclusiva

deve reconhecer e responder às necessidades diversas do educando, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social e aos indicadores e padrões de qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Educação, nos manuais de avaliação institucional e das condições de ensino, esta instituição adota as seguintes políticas para os portadores de necessidades especiais para estudantes com deficiência visual, auditiva e física.

Para estudantes com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille ; gravador e fotocopiadora que amplie textos; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a computador; e aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille .

Para estudantes com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do estudante; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

Para estudantes com deficiência física há no campus a eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; a reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; e lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os professores e pessoal técnico há um programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de informações sobre os portadores de necessidades sociais; cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

Para a comunidade social há a oferta de campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças; parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade civil organizada para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como direitos humanos universais; integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

1.3. Missão Institucional

A Faculdade Paraíso tem por missão tem por missão promover o ensino superior em todas as áreas do saber, dedicada à criação, transmissão, crítica e difusão da cultura, ciência e tecnologia, e tem por objetivos o ensino, a extensão e a iniciação científica, bem como a prestação de serviços, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa.

1.4. Objetivos Institucionais

A Faculdade Paraíso tem por objetivo geral desenvolver o ensino, estimular e incentivar a pesquisa e promover a extensão nas áreas em que atuar. São objetivos específicos:

(a) formar profissionais qualificados, em seus cursos de graduação,

(b) especializar profissionais, em seus cursos de pós-graduação,

(c) oferecer oportunidades de educação continuada aos egressos e à comunidade em que está inserida,

(d) desenvolver programas de aperfeiçoamento e capacitação para os seus professores,

(e) zelar pelas condições de ensino dos cursos e programas ministrados e

(f) manter intercâmbio com instituições congêneres e articulação com as organizações da sociedade.

1.5. Finalidades e Áreas de Atuação

Como instituição de educação superior, a Faculdade Paraíso tem por finalidade:

(a) o estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo,

(b) o formar recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada,

(c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;

(d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

(e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

(f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado, e simultaneamente;

(g) prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e;

(h) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e das práticas investigativas geradas na instituição.

A Faculdade Paraíso exerce essas finalidades nas áreas em que está autorizada a atuar, até agora: ciências humanas e sociais, tecnologia e formação de professores. Os cursos e programas que a instituição oferece à comunidade pretendem atender à demanda local e regional, formando ao mesmo tempo recursos humanos qualificados para o exercício de profissões e o desenvolvimento de empreendimentos característicos do município de São Gonçalo e região. A Faculdade Paraíso está ampliando a sua área de atuação, na graduação e na pós-graduação, a fim de melhor cumprir a sua missão como uma instituição de ensino enraizada na comunidade de São Gonçalo.

1.6. Diretrizes Pedagógicas

A Faculdade Paraíso tem diretrizes pedagógicas fundamentais, que devem sinalizar os projetos pedagógicos dos cursos com seus programas e as ações institucionais: educando como construtor do próprio conhecimento e o professor como catalisador do processo da aprendizagem.

A partir dessas premissas, o professor é entendido como o profissional do ensino, com a responsabilidade de criar condições favoráveis à aprendizagem. E o estudante não será um simples receptor de informações, mas um profissional da aprendizagem que deve aproveitar as condições criadas pelo professor para a construção cada vez mais ampla e profunda de seu próprio saber.

As metodologias de ensino devem procurar desenvolver, no educando, a capacidade de análise crítica dos conhecimentos propostos, análise densa dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Faculdade Paraíso, ao submeter o seu primeiro regimento à aprovação do Ministério da Educação, optou por uma estrutura organizacional praticamente operacionalizada pelas IES novas e de seu porte: dois níveis de órgãos executivos e de colegiados. Na base, o Curso como unidade de acadêmico-administrativo de negócios, tendo a Coordenadoria como órgão executivo e o Colegiado como órgão deliberativo de supervisão das atividades do Curso. Essa estrutura tem demonstrado ser propícia a uma IES de pequeno porte, como a Faculdade Paraíso.

A Faculdade Paraíso - FAP estrutura-se da seguinte forma:

I. Órgãos Deliberativos e Consultivos:
   a) Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;
   b) Colegiado de Curso.

II. Órgãos Executivos:
   a) Reitoria;

b) Coordenação Geral Acadêmica;
c) Coordenação de Curso.

III. Órgãos Auxiliares e de Apoio.

A Figura 1 apresenta esta estrutura.

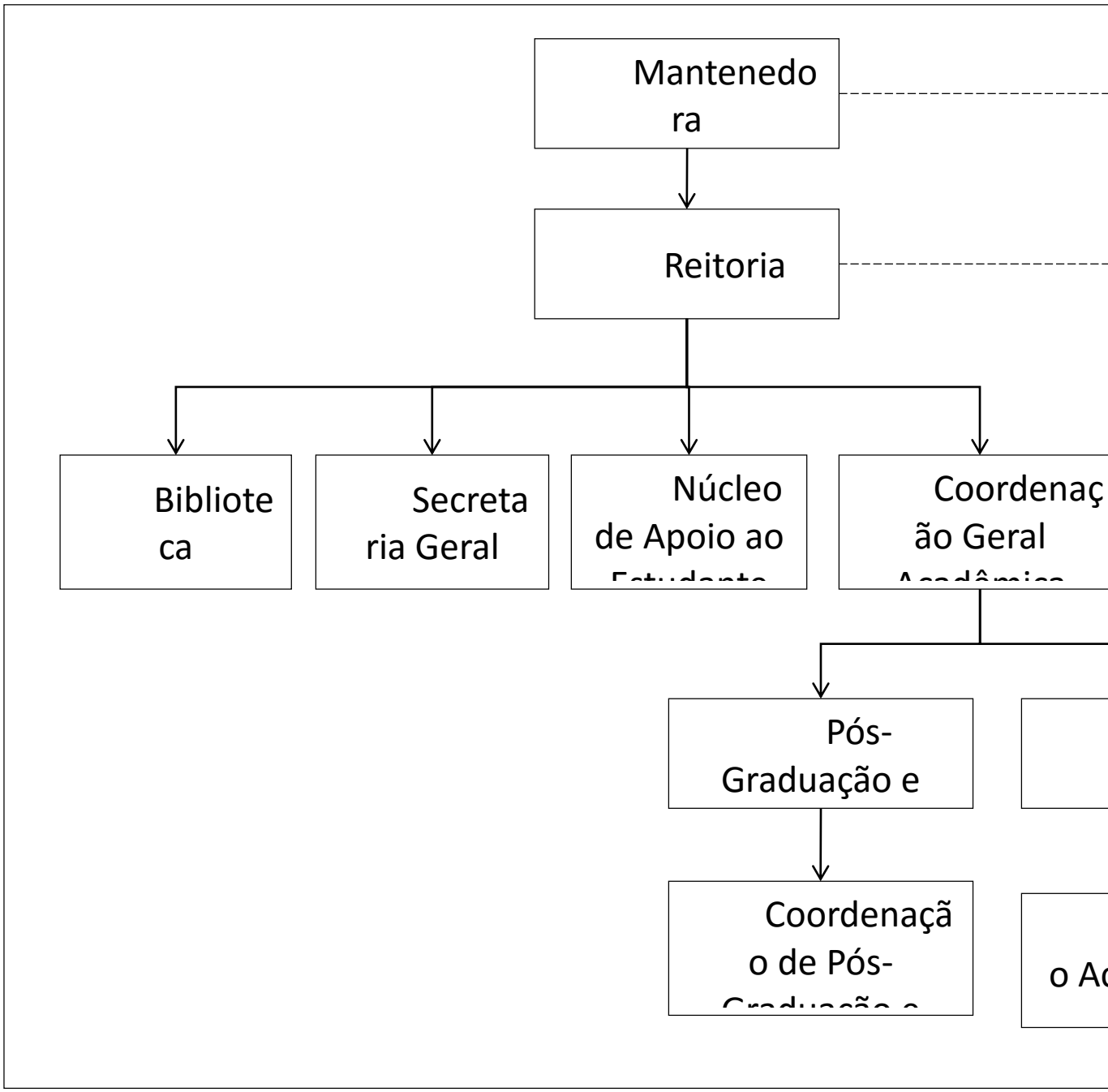


Figura 1 – Organograma da FAP

2.1. Órgãos Consultivos

2.1.1. CONSEPE

As funções do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE estão descritas no Regimento Geral, página 6.

2.1.2. Colegiados de Cursos

As funções dos Colegiados dos Cursos estão descritas no Regimento Geral, páginas 7 e 8.

2.1.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A estrutura do NDE - Núcleo Docente Estruturante do curso de Turismo foi constituída com base no Parecer CONAES no. 4 de 17 de junho de 2010 e com a Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010. Dessa forma, ele é composto pelo Coordenador de Curso, que o preside e por mais quatro representantes do corpo docente do curso, sendo sua principal responsabilidade a formulação, atualização, desenvolvimento e consolidação do PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Turismo da Faculdade Paraíso. O NDE está vinculado às atividades essenciais do curso, entre elas docência, orientação de pesquisa e extensão, revisão de regulamentos de estágio e atividades complementares, além da atualização do próprio PPC.

Assim, compete ao NDE:

(a) elaborar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

(b) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

(c); acompanhar as atividades do corpo docente do curso e dar cumprimento às normas constantes do Código Disciplinar Discente, sempre que tal for necessário, recomendando à Coordenação Acadêmica a substituição e a contratação;

(d) encaminhar para aprovação da Coordenação Geral Acadêmica, a distribuição dos encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores antes do início de cada período letivo;

(e) deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

(f) emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados;

(g) pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de estudantes;

(h) aprovar o calendário anual de atividades do Curso;

(i) estabelecer o perfil do egresso do Curso.

Como atribuições do NDE destacam-se:

(a) contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido dos Egressos dos Cursos;

(b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

(c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso,

(d) e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação[2].

2.1.4. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA tem como atribuições promover regularmente a avaliação, o diagnóstico e a elaboração de pareceres com o objetivo de dar cumprimento às metas definidas dos serviços acadêmicos, administrativos, assim como as condições de ensino e os programas de Responsabilidade Social oferecidos pela FAP/RJ. Sua instituição, composição e atuação devem contemplar o que determina a legislação, conforme a Lei 10.861/2004[3]. É composta por:

(a) um representante dos docentes, eleito;

(b) um representante dos discentes, indicado por seus pares, em lista tríplice;

(c) um representante dos funcionários;

(d) um representante da comunidade; e

O mandato dos representantes é de dois anos. Atendendo à legislação pertinente supracitada, as atribuições da CPA visam aperfeiçoar os agentes da comunidade acadêmica e da instituição, principalmente para construir uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

Para tal, esta comissão deverá produzir regularmente ações que visem garantir que sejam praticadas ações pela FAP/RJ de modo que haja

(a) a responsabilidade social com a qualidade da educação superior;

(b) o reconhecimento da diversidade do sistema;

(c) o respeito à identidade, à missão e à história das instituições;

(d) a globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e a continuidade do processo avaliativo;

(e) implementar uma política e uma cultura de avaliação contínuas, para o acompanhamento, a fiscalização e o controle das ações desenvolvidas pela instituição, de modo que seus resultados permitam que sejam discutidos os problemas da instituição em seus múltiplos aspectos pedagógicos, administrativos, científicos, técnicos, de gestão e financeiros;

(f) deve gerar como produto final um relatório com os resultados da avaliação da instituição e as propostas para a superação das dificuldades institucionais, com metas de curto, médio e longo prazos.

2.2. Órgãos Executivos

[2] Conforme Parecer CONAES nº 4 de 17/6/2010.

2.2.1. Reitoria

As funções da Reitoria estão descritas no Regimento Geral, página 8 e 9.

2.2.2. Coordenação Geral Acadêmica

As funções da Coordenação Geral Acadêmica estão descritas no Regimento Geral, páginas 9 e 10.

2.2.3. Coordenação de Pós Graduação e Extensão (CPE)

O CPE é o órgão administrativo que coordena as ações operacionais necessárias para a realização das atividades de Pós Graduação e Extensão. É constituído por um Coordenador acadêmico, indicado pela Coordenação Geral Acadêmica. O mandato é de um ano, com renovação a critério da Coordenação Geral Acadêmica.

As atribuições do CPE são:

(a) apoiar a criação, organização e extinção de cursos de extensão e sequenciais e de Pós-Graduação;

(b) emitir parecer sobre valores, contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pela Coordenação Geral Acadêmica e pelo Coordenador que afetem os cursos de Extensão;

(c) emitir parecer sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Coordenação Geral Acadêmica.

2.2.4. Coordenação Acadêmica de Curso (CAC)

A CAC tem como atribuições cumprir as metas e realizar as ações definidas pela Coordenação Geral Acadêmica, realizar os serviços administrativos associados aos processos acadêmicos, e zelar pelas condições de ensino da FAP/RJ.

São constituídas pelo Coordenador de Curso e seu suplente, que o substitui nas faltas e impedimentos eventuais, ambos escolhidos e designados pelo Coordenação Geral Acadêmica. O mandato do Coordenador Acadêmico é de dois anos, podendo ser reconduzido. As atribuições das coordenações acadêmicas são:

(a) superintender todas as atividades da CAC, representando-a junto às autoridades e órgãos da FAP/RJ;

(b) convocar e presidir periodicamente as reuniões do NDE do Curso;

(c) acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e estudantes;

(d) apresentar, semestralmente, ao NDE e à Coordenação Geral Acadêmica, um relatório de suas atividades;

(e) sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores à reitoria;

(f) encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados no Calendário Acadêmico, todos os diários, relatórios e informações sobre avaliações e frequência de estudantes do período respectivo;

(g) promover, periodicamente, a avaliação das atividades e dos programas do Curso, assim como dos estudantes e do pessoal docente e não-docente nele lotado;

(h) propor ou encaminhar propostas à coordenadoria de Extensão, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos associados ao seu Curso;

(i) decidir, com o aval do NDE e aprovação da reitoria, sobre o aproveitamento de estudos e Regimes Especiais;

(j) exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

2.3. Órgãos Auxiliares e de Apoio

Destinam-se a oferecer apoio didático científico, bem como de natureza administrativa, técnica e cultural e atender às singularidades do desenvolvimento organizacional, de acordo com as orientações estabelecidas pela Faculdade.

São considerados Órgãos Auxiliares e de Apoio:

- Secretaria Acadêmica- SAC
- Núcleo de Atendimento ao Estudante – NAE
- Núcleo de Registro de Diplomas – NRD
- Núcleo de Educação a Distância – NEAD
- Núcleo de Controle e Manutenção de Laboratórios – CML
- Biblioteca

Estão vinculados à Reitoria, são geridos por especialistas e são disciplinados por padrões aprovados pelo Reitor tendo como atividades:

2.3.1. Secretaria Acadêmica - SAC

.coordenar as atividades da Secretaria dos Cursos;

.atender à Coordenação dos Cursos;

.cuidar para que todo o material necessário à realização dos trabalhos esteja disponível para execução das tarefas;

.atender ao público em geral;

.conferir e assinar todos os documentos de Graduados e Graduandos;

.dar prosseguimento ao atendimento do Corpo Discente em toda a sua vida acadêmica;

.cadastrar dados acadêmicos do estudante (trancamento, reabertura ou cancelamento de matrícula);

.confeccionar diários de classe e atas de provas;

.atender ao Corpo Docente;

.confeccionar documentos acadêmicos do estudante (transferências e demais declarações pertinentes a vida acadêmica, exceto às relacionadas a emissão de diploma)

.registrar correções de graus e freqüências;

.atender ao Corpo Discente através de telefone ou e-mail enviado pelo Núcleo de Atendimento ao Estudante - NAE;

.manusear arquivos (ativo e inativo);

.agendar datas para formaturas nos 1º e 2º semestres de cada ano;

.promover formaturas de todos os cursos;

.preparar ata de colação de grau;

.atender casos excepcionais de graduandos e egressos;

.elaborar históricos escolares e, quando couber, guias de transferências externas e internas.

.confeccionar declarações de: matrícula; aprovações; estágio; horário de prova; horário de aula; regularidade acadêmica; matrícula trancada e outros diversos modelos de declarações existentes;

.confeccionar relações de: estudantes em dependência, por curso, disciplina e períodos; estudantes que concluíram o curso; prováveis concluintes no semestre; percentuais de estudantes aprovados e reprovados no semestre; estudantes ingressantes via PROUNI e ENEM; estudantes que cancelaram matrícula posteriormente ao vestibular; de estudantes por curso/ sexo/ idade/ turno; trancamentos, reaberturas e estudantes transferidos, externa e internamente; estudantes que estão matriculados em períodos maiores para pagar disciplinas e de estudantes ingressantes e concluintes que deverão ser relacionados para o ENADE.

2.3.2. Núcleo de Atendimento ao Estudante- NAE

.zelar pelo perfeito funcionamento de todas as atividades inerentes ao bom atendimento aos docentes, discentes, funcionários administrativos e público em geral;

.gerir as atividades de suporte e apoio aos discentes, docentes, coordenadores e gestores nos processos inerentes à administração acadêmica (horário de trabalho docente; horário de atendimento ao discente; entrega e devolução de diário de classe; recepção de candidatos ao vestibular; recepção ao público em geral);

.organizar e gerir a Central de Estágio e Atividades Acadêmicas (CEAC);

.emitir relatórios mensais de informações gerenciais de atendimento e suporte à gestão acadêmica da Faculdade (quantidade e local de estágio; quantidade de horas de atividades complementares; faltas e atrasos docentes; quantidade e tipo de atendimento discente/docente; quantidade e tipo de atendimento ao público em geral).

.manter permanente intercâmbio e primar pela informação e bom atendimento com os demais órgãos da Faculdade.

2.3.3. Núcleo De Registro De Diplomas - NRD

.atender aos graduados para requerimentos diversos: certidões, históricos, diplomas, colação de grau especial;

.manter contato telefônico com os graduados, tanto para informar exigências quanto para notificar sobre documentação pronta (históricos, certidões, diplomas);

.confeccionar certidões diversas (diploma em fase de confecção, diploma em fase de registro);

.montar processos, organizando e conferindo toda a documentação pertinente a emissão de diplomas;

.registrar diplomas, colhendo assinaturas dos graduados nos Livros de Registro; do Reitor, do Secretário Geral e dos Coordenadores de Cursos nos documentos diversos;

2.3.4. Núcleo de Educação a Distância – NEAD

.formular o Programa Institucional de Educação à Distância da Faculdade-EAD, que poderá contemplar o ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão;

.propor a regulamentação das atividades de Educação à Distância;

.acompanhar a consecução de projetos e de experiências em EAD desenvolvidas pelos cursos da Faculdade;

.analisar sistemas e projetos de EAD procedentes da comunidade interna e externa;

.socializar informações na área de EAD;

promover estudos, cursos, seminários, palestras e encontros de EAD;

.analisar modelos de plataformas tecnológicas para desenvolvimento de Programas de

EAD;

orientar a implantação e, posteriormente, gerenciar o ambiente tecnológico e metodológico (Campus Virtual) necessário à implementação de Programas de EAD;

.pesquisar e analisar processos de elaboração de material didático voltado para a utilização em programas de EAD;

.fornecer orientação e apoio aos Professores da Faculdade na produção de material didático de EAD;

2.3.5. Núcleo de Controle e Manutenção de Laboratórios – CML

.estabelecer, quando necessário, um cronograma no sentido de organizar e controlar as solicitações de serviço e os pedidos para utilização das instalações e equipamentos dos laboratórios;

.promover a integração das rotinas do laboratório com os projetos de pesquisa e extensão da Faculdade;

.manter sempre atualizado o registro dos serviços e atividades do CML;

.elaborar e encaminhar os relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas no laboratório;

.orientar e fiscalizar as atividades do pessoal alocado no laboratório;

.verificar, periodicamente, o estado dos equipamentos e instalações, providenciando imediata manutenção, quando necessário;

.gerir o estoque de materiais.

2.3.6. Biblioteca

.estabelecer diretrizes, objetivos e políticas de documentação e seleção de acervo, bem como elaborar o planejamento das atividades;

.fornecer Apoio técnico às Coordenações de Curso para, em conjunto, analisar se o material bibliográfico indicado para as disciplinas dos cursos se encontra na biblioteca;

.coordenar a automação dos serviços, mantendo contato com as áreas de suporte técnico.

.manter contato com os usuários, orientando-os na utilização da biblioteca e seu material bibliográfico;

.realizar os serviços técnicos de catalogação, classificação, indexação e recuperação da informação de material bibliográfico;

.manter contato com outras bibliotecas para realização de permuta de material e empréstimo entre bibliotecas.

2.4. Gestão administrativa

2.4.1. Condições de Gestão

A particularidade da gestão da Faculdade Paraíso decorre dos fins que se procura alcançar, com a Concepção Político-Pedagógica assumida e com a natureza do processo em que se procedeu e se desenvolve essa busca, tendo-se sempre em vista, tanto as condições objetivas e subjetivas para as mudanças que se fizerem necessárias, quanto as bases para consolidar posturas essencialmente universitárias no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração. Sua estrutura organizacional permite práticas administrativas ágil, eficiente e eficaz.

O Curso como unidade acadêmico-administrativa, com funções deliberativas (Colegiado de Curso) e executivas (Coordenadoria de Curso), centraliza todas as ações acadêmicas e de apoio técnico-administrativo na base, onde a aprendizagem acontece, conferindo suficiência e consistência administrativas às ações educacionais. A ligação direta entre a Coordenadoria de Curso e o Colegiado de Curso da Faculdade permite que a prática administrativa tenha coerência e reflexos positivos na qualidade do ensino ofertado aos estudantes, em todos os cursos ministrados.

2.4.2. PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)

O PDI elaborado pela Instituição, foi fruto de um trabalho coletivo que contou

com participação de todos os setores da estrutura organizacional. Este trabalho foi coordenado por uma comissão que consolidou todos os planos oriundos da Diretoria, das Coordenações e dos Órgãos Suplementares.

O PDI delineado pela Faculdade Paraíso, em vigência para o quinquênio 2010-2014, reflete esforço conjunto para que seja concebido em sua totalidade e partiu de uma visão prospectiva que visa ao desenvolvimento na esfera nacional e regional. Em relação aos aspectos orçamentários da instituição, é elaborado pela Diretoria Geral e aprovado pelo Conselho Superior, após levantamento das receitas, despesas e investimentos previstos, com base nos planos e programas, diretrizes, metas e ações que integram o PDI.

Após aprovação pela mantida, o PDI, contendo o orçamento quinquenal, é submetido à homologação da mantenedora, responsável juridicamente pela instituição. Homologado, a sua execução é automaticamente autorizada. O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa são monitorados pela mantenedora, em parceria com a Diretoria da instituição.

Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, na despesa ou nos investimentos. A estreita colaboração entre a mantenedora e a mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilita a promoção das atividades consideradas adequadas, em cada momento da avaliação do desempenho institucional, no que refere aos aspectos financeiros e orçamentários.

Assim sendo, a Faculdade Paraíso assume o compromisso de alinhamento estratégico frente aos novos tempos, propiciando um ambiente que busque autonomia e contribua para torná-la, cada vez mais, uma Instituição inovadora com expressão regional compatível ao estágio atual de desenvolvimento que a realidade local impõe, bem como com as necessidades futuras.

2.4.3. Organização e Gestão de Pessoal

2.4.3.1. Corpo Docente

A política de recursos humanos da Faculdade Paraíso tem, como instrumentos de realização, o Regimento e os planos de capacitação e de carreira docente. O quadro docente é constituído por todos os professores atuantes nos cursos oferecidos pela Faculdade. Os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente. A admissão de professor é feita, mediante seleção, procedida pela coordenadoria do curso a que pertença a disciplina, e homologada pelo Diretor da Faculdade. O regime disciplinar do corpo docente é disciplinado no Regimento da Faculdade.

As atribuições acadêmicas dos docentes são:

(a) elaborar o Plano de Ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação à respectiva CAC;

(b) orientar, dirigir e ministrar o Plano de Ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária, conforme ementa enviada pela CAC;

(c) registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos estudantes no Sistema Acadêmico indicado pela CAC e no Diário;

(d) organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos estudantes;

(e) fornecer, à Secretaria Acadêmica, os diários com as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos estudantes, dentro dos prazos fixados no Calendário Acadêmico;

(f) responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e das instalações do Campus e pela sua conservação;

(g) orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;

(h) conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico e entregá-los formalmente à respectiva CAC a cada fim de período letivo;

(i) planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações de campo de conhecimento de seu interesse, registrando, obrigatoriamente, ao menos três publicações ou produções acadêmicas a cada ano no Currículo Lattes, que deve ser entregue a cada semestre, atualizado à CAC de cada curso onde está alocado;

(j) participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional da FAP/RJ quando solicitado pelas CACs.

As atribuições institucionais dos docentes são:

(a) observar o regime disciplinar da FAP/RJ;

(b) participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

(c) recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;

(d) comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção da FAP/RJ e seus órgãos colegiados;

(e) não defender idéias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem este Regimento e as leis;

(f) comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou da direção da FAP/RJ;

(g) elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização.

2.4.3.2. Plano de Capacitação Docente

De acordo com o PDI vigente, as metas para capacitação do corpo docente da Faculdade Paraíso são as seguintes:

(a) atingir, no mínimo 25% dos integrantes do corpo docente nos cursos de capacitação profissional anualmente, com acesso ao Mestrado e ao Doutorado;

(b) estimular os docentes a participar de cursos de pós-graduação, concedendo bolsa de 50% nos cursos oferecidos;

(c) criar um centro de treinamento em didáticas alternativas para atualização permanente do corpo docente com o objetivo de oferecer programas, cursos, colóquios e outras atividades que desenvolvam o conhecimento;

(d) subsidiar os docentes, por meio de ajuda de custos, para que participem

de eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e em treinamentos específicos.

Para tanto, as seguintes ações foram planejadas:

(a) reservar, pelo menos, metade das vagas dos cursos de pós-graduação para os professores e pessoal não-docente;

(b) ofertar para todo o corpo docente cursos e programas de atualização, aperfeiçoamento e especialização em didática e metodologia do ensino superior;

(c) possibilitar o treinamento na utilização de recursos da tecnologia educacional, em apoio às atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;

(d) oferecer apoio pedagógico aos professores para o desempenho de suas funções;

(e) estipular ajuda de custos, a critério da Diretoria e de acordo com os recursos existentes destinados ao Plano de Capacitação, aos docentes que participarem de eventos promovidos por entidades de reconhecido valor, visando auxiliar na inscrição no evento e nas despesas com locomoção, hospedagem e alimentação.

2.4.4. Área para convivência e desenvolvimento de atividades sociais

A Faculdade oferece, à sua comunidade acadêmica, instalações próprias para convivência comunitária, tais como, áreas para convivências, práticas desportivas, recreação e lazer, ou seja, um Centro Esportivo Polivalente, numa área total de 1200 m, com capacidade para 1500 pessoas, sendo composto ainda, por: iluminação, sistema de som, salas de apoio e vestiários. Para apresentações culturais, artísticas e recreativas, a instituição possui um auditório com 160m2, com espaço para acomodar 141 pessoas, sendo composto também por: corredor, palco, sistema de som e oito ventiladores.

2.4.5. Infraestrutura de alimentação e de outros serviços

A Faculdade oferece, à sua comunidade acadêmica, instalações próprias para alimentação e convivência comunitária (Restaurante Universitário com área de 300 metros), bem como locais adequados ao atendimento de estudantes, funcionários e docentes. Essas instalações cumprem com as normas de higiene e salubridade. Nas proximidades da Faculdade existem locais de serviços úteis para estudantes, docentes e funcionários, tais como livrarias, papelarias, lanchonetes, restaurantes etc.

2.4.6. Relações, parcerias e cooperação com a comunidade, instituições e empresas

A Faculdade Paraíso mantém relações e parcerias com entidades representativas de São Gonçalo e região (categorias profissionais e econômicas) e com empresas e órgãos públicos. Essas parcerias viabilizam oportunidades de estágios (curriculares e extracurriculares) e atividades de extensão.

Através de sua Coordenação de Extensão promove eventos de apoio a entidades filantrópicas, escolas públicas, comunidades carentes e ONGs do município. Através de programas de parcerias, fornece bolsas de estudos para estudantes carentes e oriundos das escolas públicas municipais. Através de parceria com a Associação Comercial de Empresas de São Gonçalo (ACESG), promove uma

série de eventos de aproximação entre a instituição e as empresas da região e com o poder público municipal. Através do Comitê Diretor de Informática (CDI), promove uma série de iniciativas de apoio e desenvolvimento de programas de inclusão social e tecnológica, cedendo o campus para os projetos da organização, maior centro de inclusão digital do país, e que elegeu a FAP como seu principal pólo em São Gonçalo.

Desde 2012, a Semana Acadêmica é utilizada para oferecer cursos de curta duração para a comunidade, que são ministrados pelos docentes da instituição. Os estudantes atuam na organização e divulgação do evento, que arrecada alimentos como forma de concessão dos certificados de participação, que depois são distribuídos ao asilo Cristo Redentor, ONG que abriga idosos de São Gonçalo e se tornou parceira da instituição na organização da Semana Acadêmica.

Além de usufruir da integração com a Universidade Lusófona e das demais instituições de ensino do grupo, que incluem polos da Europa, África, São Paulo e Salvador.

[1] Antiga “Comissão de Avaliação Institucional”, descrita no antigo Regimento Acadêmico, passa a se denominar CPA para adequação à taxonomia praticada pelo MEC, conforme Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004.

[2] Conforme Parecer CONAES nº 4 de 17/6/2010.

[3] Onde consta que “cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes: I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior”.

[4] Onde consta que na CPA será “assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos”.

DADOS GERAIS DO CURSO

3.1. Denominação

Bacharel em Turismo.

3.2. Modalidade

Bacharelado

3.3. Vagas anuais

São oferecidas 50 vagas para dois ingressos semestrais, totalizando 100 vagas anuais.

3.4. Dimensionamento das Turmas

As turmas são dimensionadas de acordo com o período e o número de estudantes, sendo de no máximo compostas por 50 estudantes nas aulas teóricas e expositivas.

3.5. Turno

Noturno.

3.6. Duração do Curso

A duração é de 2.400 horas sendo cumpridas em no mínimo sete e no máximo doze semestres.

3.7. Regime de Matrícula

Seriado Semestral.

3.8. Endereço do Campus

Rua Visconde de Itaúna, 2671, Paraíso, São Gonçalo/RJ, 24.431-005, Fone: (21) 3032-4499, Fax: (21) 3032-4483, Site: www.faculdadeparaiso.edu.br , e-mail: c.informatica@faculdadeparaiso.edu.br.

3.9. Base legal

O Projeto Pedagógico do Curso de Turismo da FAP foi desenvolvido de acordo com a Resolução CES/CNE nº 146/2002, e a Lei No 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

4.1. Identificação

A coordenação do curso de Turismo da FAP estará a cargo da Professora Cristiane Duarte Ribeiro de Souza.

(http://lattes.cnpq.br/6040794330087939).

4.2. Regime de Trabalho

As atividades acadêmicas do Coordenador do Curso de Turismo da FAP serão desenvolvidas em tempo integral.

4.3. Atuação do coordenador

As atribuições do coordenador encontram-se descritas no item 2.2.4.

4.4. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

O curso é coordenado pela professora Cristiane Duarte Ribeiro de Souza, que possui graduação Tecnologia de Processamento de dados pela Universidade do Grande Rio (2002) e em Administração pela Universidade Estácio de Sá (2007) , mestrado em Engenharia de Transportes pela COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia / UFRJ (2011). Atualmente, faz doutorado na COPPE/UFRJ e trabalha como coordenadora do curso de da Faculdade Paraíso

Publicou diversos artigos em revista científica e anais de congressos. É co-autora de 1 capítulo de livro e de 1 caderno técnico sobre Pólos Geradores de Viagens de carga – PGV carga. Participou da equipe que realizou testes de sistemas de propulsão e combustíveis alternativos para veículos pesados – biodiesel, diesel de cana e sistema diesel-gás – e estudos de viabilidade destas tecnologias menos poluentes. Participou da elaboração o 1º Inventário de Emissão de Poluentes Atmosféricos por Veículos Rodoviários no Estado do Rio de Janeiro.

Atuou em pesquisas na área de transporte de rodoviário de carga, logística verde, gerenciamento verde da cadeia de suprimento, simulação aplicada ao transporte, ensino em transportes, jogos de empresa aplicados a logística e transporte, transporte energia e meio ambiente. Possui experiência profissional em comércio e transporte de carga

Na FAP as atividades acadêmicas do Coordenador do Curso de Turismo serão desenvolvidas em tempo integral.

4.5. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

A coordenadora possui experiência profissional da área administrativa e financeira/contábil. Participou do desenvolvimento de projetos de pesquisa e consultoria (CNPq, FAPERJ, Fetranspor, SEA, Centran, Petrobrás) nas áreas de transporte, energia e meio ambiente, planejamento de transporte, jogos de empresa, logística reversa e fontes alternativas de energia. Elaboração de relatórios, planilhas e material de divulgação do laboratório. Participação na elaboração de palestras e seminários.

Tem experiência como docente em curso técnico e superior, este último adquirido durante mestrado e doutorado, na UFRJ.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

5.1. Contexto educacional

5.1.1. Concepção do Curso

Quando proposta pela Associação Educacional Souza Graff S/C Ltda, a concepção do Curso de Turismo levou em consideração vários problemas enfrentados pelo setor.

Dentre eles, estava a observação de que o Brasil não constava do rol dos principais destinos turísticos internacionais, apesar de seu imenso e incontestável potencial turístico.

Outra consideração dizia respeito à competitividade do mercado turístico e de sua contribuição como setor econômico, especialmente em relação à geração de emprego e renda, invocando a crescente necessidade de qualificação de recursos humanos para atender a uma gama complexa de atividades.

Apoiada neste cenário altamente promissor, a concepção do Curso de Turismo se deu a partir de determinados estudos sobre os cursos então ministrados por instituições de ensino superior em âmbito nacional, levando em conta igualmente a evolução das ações profissionais dos bacharéis em turismo.

Idealizou-se um curso cuja organização curricular, metodologias e atividades práticas (curriculares e extracurriculares) pretendia conduzir à formação de um profissional versátil e empreendedor, com capacidades de comunicabilidade, dinamismo, criatividade, liderança, responsabilidade social e conhecimento de línguas, preparando o egresso para as exigências do mercado e despertando nele a atenção para os problemas sociais, culturais, ecológicos, políticos e econômicos que acompanham o crescimento vertiginoso do turismo e do lazer, no Brasil e no mundo.

5.2. Políticas institucionais no âmbito do curso

A FAP considera que as políticas institucionais devem nortear as ações nos diferentes segmentos acadêmicos, estando em conformidade com missão da instituição. Dessa forma, destacam-se como políticas adotadas pela FAP:

- A promoção da educação e a formação integral do ser humano, do ponto de vista da ética e da responsabilidade, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional;
- Propiciar aos alunos, situações de aprendizagem para a integração na sociedade e no mercado de trabalho, sobretudo de forma crítica e responsável, atendendo as grandes do mundo competitivo;
- Oferecer condições, por meio do Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais, para que teoria e prática sejam ações constantes, tendo como perspectiva, a transformação social;
- Investir na formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, sobretudo na formação técnico-científica, para a sua integração na sociedade, para que o mesmo possa atuar de forma crítica e responsável, buscando constantemente e concomitantemente, o desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- Incentivo ao trabalho de pesquisa, capacitando-os em *ciência e tecnologia* para a sua aplicação e divulgação.
- Promoção da extensão, aberta à participação da comunidade, objetivando divulgar as conquistas e benefícios resultantes do ensino, resultado da criação do conhecimento, a partir da pesquisa científica desenvolvida na FAP, e a formação integral do aluno;
- Busca incessante da adesão dos professores e alunos aos objetivos da Instituição, como sendo o melhor investimento em qualidade e desenvolvimento;
- Construção de estruturas e condições, otimizando o trabalho docente e discente, para obtenção de resultados satisfatórios, no processo ensino-aprendizagem;

5.3. Missão e objetivo do curso

Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Turismo e para o aprimoramento das organizações e prestadoras de serviços turísticos locais, regionais, nacionais, internacionais, através da formação de fatores humanos qualificados em programas de graduação, pós-graduação e cursos de extensão com padrões de excelência e pautados pela responsabilidade social e o exercício da cidadania.

Preparar profissionais capazes de compreender os diversos aspectos do fenômeno turístico e de contribuir de modo responsável, autônomo e crítico para o desenvolvimento sustentável do setor, fornecendo-lhes instrumentos fundamentais para exercício da profissão em planejamento, gestão e marketing de atividades e empreendimentos turísticos.

5.4. Perfil profissional do egresso

5.4.1. Perfil do egresso

O Bacharel em Turismo formado pela Faculdade Paraíso deve estar apto à atuação crítica e consciente como agente de uma ação social transformadora, ressaltando-se a importância do seu envolvimento em atividades de pesquisa e o incentivo à sua educação continuada.

A orientação do Curso de Turismo que enseja a formação desse profissional é orientada pelos seguintes preceitos legais:

a) Ampla liberdade da FAP na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;

b) Esforço para evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;

c) Incentivo a uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;

d) Estimulo às práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;

e) Encorajamento ao aproveitamento do conhecimento, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;

f) Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária;

g) Processo avaliativo periódico com instrumentos variados e que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

h) Autonomia na definição do currículo do curso, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo de educação permanente;

i) Proposição de uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;

j) Otimização da estruturação modular do curso com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados;

k) Inclusão das atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar.

Observa, ainda, as tendências apontadas pelo Conselho Nacional de Educação do MEC assim relacionadas:

a) A possibilidade de inclusão no projeto pedagógico do oferecimento de cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, de acordo com as efetivas demandas de desempenho profissional;

b) A exclusão das habilitações e ênfases

Considera-se igualmente o Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que aprova o Parecer CNE/CES nº 67/2003, em 11/03/2003, e que trata do Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação, orientando sobre as perspectivas norteadoras dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com base em elementos do Parecer nº 146/2002 daquele mesmo órgão.

Nesta perspectiva, ao contrário do que indicava antes a obrigatoriedade de currículos mínimos, as Diretrizes Curriculares Nacionais "ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos". Reza ainda o parecer que "as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional", acenando para a preparação de "um profissional adaptável a situações novas e emergentes".

Finalmente, o Parecer CNE/CES nº 67/2003 ratifica que as Diretrizes Curriculares Nacionais têm o propósito de nortear as instituições de ensino superior para "estabelecer um perfil do formando no qual a formação de nível superior se constituísse em processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, observada a flexibilização curricular, autonomia e a liberdade das instituições de inovar seus projetos pedagógicos de graduação, para o atendimento das contínuas e emergentes mudanças para cujo desafio o futuro formando deverá estar apto".

As recomendações orientadoras do Parecer CES/CNE nº 146/2002, no que se refere ao perfil do egresso nos Cursos de Turismo, são as seguintes:

> "Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico" (p. 15).

5.4.2. Competências e Habilidades

No que se refere às competências e habilidades requeridas temos que: “O curso de graduação em Turismo deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes *competências e habilidades*:

- compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- adequada aplicação da legislação pertinente;
- planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e de outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

- domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares interagindo criativamente nos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas para o êxito de qualquer evento turístico;
- conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.” (p. 15-16)

Somando-se a essas orientações, a percepção apurada entre profissionais do setor, professores e alunos do Curso de Turismo da FAP serviu também de base para o desenho do perfil do Bacharel em Turismo como aquele profissional que deve ser capaz de aplicar com eficiência os seus conhecimentos e de traduzir a construção de sua autonomia crítica em efetiva contribuição para o desenvolvimento sustentável do setor turístico.

5.5. Atividade Profissional e Mercado de Trabalho

5.5.1. Atividade Profissional

Conforme Artigo 2o da Lei Nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012, consideram-se atividades do Turismólogo:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;

II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;

III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;

IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;

VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;

VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;

IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;

X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;

XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;

XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;

XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;

XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;

XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme

normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;

XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico.

5.5.2. Mercado de Trabalho

Segundo o Guia do Estudante, as melhores perspectivas vêm do crescimento do turismo interno. Entre 2005 e 2013, o número de viagens realizadas no país subiu de 139 milhões para perto de 202 milhões.

Dessa forma, o Mercado apresenta novas frentes de trabalho, nas agências que administram cruzeiros marítimos e nas secretarias municipais ou estaduais, no assessoramento a políticas públicas de incremento do turismo regional.

É neste cenário de oportunidades profissionais que se vislumbra a inserção dos futuros egressos do curso de Graduação em Turismo da FAP.

5.6. Organização curricular

A organização curricular do curso de Bacharelado em Turismo é oferecida em sete semestres, no período noturno, totalizando 2.400 horas e encontra apoio, igualmente, nas orientações do Parecer CES/CNE nº 146/2002, resultando, fundamentalmente, da reflexão sobre o perfil do profissional que se pretende formar e da qualidade diferencial que se pretende oferecer para esta formação.

Desenhada em três eixos de sustentação – Planejamento, Gestão e Marketing do Turismo – a matriz curricular contempla conteúdos e práticas integrados e articulados entre os períodos, propiciando o encadeamento necessário à preparação do estudante para o mercado de trabalho.

A matriz curricular está disposta de tal modo que mescla gradativa e complementarmente conteúdos fundamentais com outros mais específicos da profissão de Bacharel em Turismo, propondo o contato com a realidade do mercado de trabalho desde o ingresso do estudante no curso.

As atividades complementares, como instrumento da interdisciplinaridade e como ambiente propício ao desenvolvimento de novos campos ou temas emergentes, da área do curso, passam a ser oferecidas através de um evento anual a ser planejado e organizado pelos próprios alunos, supervisionados pelos docentes das disciplinas envolvidas.

Além disto, outras propostas de relações interdisciplinares passaram a ser oferecidas aos estudantes, tais como a participação em eventos e viagens técnicas que integram todos os períodos do curso. Essas práticas têm tido resultados de evidente melhoria dos processos de integração e cooperação entre alunos e professores de uma forma global, oferecendo a todos uma visão holística do curso.

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades para a formação das competências técnicas e comportamentais pretendidas gerais para a formação em turismo na FAP encontra apoio, portanto, em uma organização disciplinar que contempla disciplinas de formação fundamental, no campo da Filosofia, Sociologia,

Economia, Geografia, Tecnologia da Informação e Direito, contempladas ao longo dos períodos do curso de tal modo que facilitem a abertura de portas para outras discussões mais específicas.

A Produção de Textos é também incentivada a partir do ingresso do estudante no curso, assim como as boas posturas do profissional, através das Técnicas de Comunicação. Evidentemente, existe a preocupação permanente de que todos os conteúdos sejam permanentemente interligados com o Turismo.

Em relação ao incentivo à produção escrita, há que se fazer nota de que a Faculdade Paraíso estimula a participação de alunos e professores nos espaços de expressão e comunicação oferecidos pela Revista Cientifica FAP, de circulação anual. A produção científica encontra apoio através da possibilidade de publicação de artigos também na revista produzida pela Universidade Lusófona.

As competências em Planejamento têm por amparo básico e indispensável as disciplinas que servem à reflexão sobre Turismo e Meio Ambiente e que formam na Teoria Geral do Turismo e em Planejamento e Organização do Turismo, encontrando o caminho da especificação em disciplinas que contemplam o Planejamento Regional e Local do Turismo e a Elaboração e Análise de Projetos Turísticos.

As competências em Gestão devem ser desenvolvidas a partir do estudo das Teorias Contemporâneas da Administração, com desdobramento em uma formação que garanta conhecimentos gerais em Planejamento Estratégico e que sirvam ao Desenvolvimento de Relações Interpessoais, com noções de práticas em Matemática Financeira e Contabilidade através do contato com os Cálculos Gerenciais.

Quanto ao Marketing, este está contemplado por disciplinas gerais que somam carga horária bastante superior ao antes praticado no curso, além de buscar na fonte da Estatística as bases para pesquisas da oferta e demanda turística.

Os aspectos culturais merecem destaque e, na formação de competências do Bacharel em Turismo da FAP, são valorizados em disciplinas que contemplam Antropologia Cultural, História das Civilizações e História do Brasil, e em especial a História da Arte e do Patrimônio Cultural.

Os idiomas, fundamentais para o profissional de Turismo, buscam a ênfase na conversação, oferecendo formação geral em Inglês e Espanhol.

Além da formação geral em Organização de Eventos, outras competências técnicas procuram ser desenvolvidas no curso através de conhecimentos em Sistema de Transportes Turísticos, Lazer e Entretenimento, e em práticas de Gestão em Hospedagem, Gestão de Agências e Operadoras de Viagem e Gestão em Serviços de Alimentos e Bebidas.

Durante o curso a pesquisa deve ser sempre incentivada, e o quadro final de formação deve ser representado pelo Trabalho Final de Conclusão de Curso, preparado antes pelos estudos em Metodologia da Pesquisa Científica.

Na parte relativa à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos o estudante deverá, participar do Estágio Supervisionado em empresas prestadoras de serviços turísticos, bem como em eventos sediados pela instituição ou em outros ambientes.

O Estágio Supervisionado deverá obedecer a regulamento próprio, sendo orientado por um grupo de professores previamente selecionados pela Coordenação do Curso e conforme autorização da Direção Acadêmica da FAP.

5.6.1. Matriz curricular

	DISCIPLINAS	CHT	CHP	Disciplinas EAD
1o Período	Raciocínio Lógico	60		
	Fundamentos do Direito	60		
	Introdução às Ciências Sociais	60		
	Português Instrumental	60		
	Adaptação Pedagógica	60		
	Sub-total (1o):	**300**	**0**	
2o Período	Inglês I	30		
	Teoria Geral do Turismo I	60		
	Técnicas de Comunicação Aplicadas ao Turismo	30		
	Geografia Aplicada ao Turismo	60		
	História das Civilizações	60		x
	Cálculos Gerenciais Aplicados ao Turismo I	60		
	Sub-total (2o):	**300**	**0**	
3o Período	Inglês II	30		
	Planejamento e Organização do Turismo	60		
	História do Brasil	60		
	Relações Interpessoais nas Organizações	60		
	Metodologia da Pesquisa Científica	30		
	Filosofia Aplicada ao Turismo	30		x
	Cálculos Gerenciais Aplicados ao Turismo II	30		
	Sub-total (3o):	**300**	**0**	
4o Período	Espanhol I	60		
	Planejamento Regional e Local do Turismo	60		
	Sistema de Transportes Turísticos	60		
	História da Arte	30		
	Gestão em Hospedagem I	60		
	Sociologia Aplicada ao Turismo	30		x
	Estágio Supervisionado I		30	
	Sub-total (4o):	**300**	**30**	
5o Período	Espanhol II	30		
	Patrimônio Cultural	30		
	Lazer e Entretenimento	60		
	Tecnologia da Informação Aplicada ao Turismo	30		
	Direito Aplicado ao Turismo	60		x
	Gestão em Hospedagem II	30		
	Gestão de Agências e Operadoras de Viagem I	60		
	Estágio Supervisionado II		60	
	Sub-total (5o):	**300**	**60**	
6o Período	Marketing Turístico I	60		x
	Elaboração e Análise de Projetos Turísticos	60		
	Planejamento Estratégico Aplicado ao Turismo I	30		
	Gestão de Agências e Operadoras de Viagem II	30		
	Gestão de Serviços em Alimentos e Bebidas I	60		
	Estatística Aplicada ao Turismo	30		
	Estágio Supervisionado III		30	
	Sub-total (5o):	**270**	**30**	

7o Período	Marketing Turístico II	30		x
	Gestão de Serviços em Alimentos e Bebidas II	30		
	Economia Aplicada ao Turismo	30		
	Planejamento Estratégico Aplicado ao Turismo II	30		
	Eletiva	15	45	
	Estágio Supervisionado IV		130	
	Sub-total (5o):	135	175	
	Total Carga Horária Teórica :	1905		
	Total Carga Horária Prática :		295	
	Total Carga Horária Prática e Teórica :	2200		
	Atividades Complementares	200		
Total Geral:		2400		

Disciplinas Eletivas

Libras
Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
Educação das Relações Étnico-raciais
Gestão da Qualidade Total
Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social
Saúde e Segurança Ocupacional
Gestão de Serviços
Direito do Consumidor
Direitos Fundamentais (Humanos)

5.6.2. Conteúdos curriculares

O detalhamento dos conteúdos programáticos encontra-se no Apêndice 2.

5.7. Articulação das Atividades Acadêmicas

As atividades de iniciação científica estão articuladas com o ensino de graduação, mediante a coordenação dos gestores de cada curso. As atividades permanentes de extensão - e sua articulação com o ensino de graduação - são objeto de gerência da Diretoria da Faculdade.

As atividades de práticas profissionais, desenvolvidas sob a forma de estágios curriculares (supervisionados) ou extracurriculares, estão articuladas com a função ensino, por intermédio da coordenadoria do NPES e pelo NAE.

A participação efetiva dos discentes nas práticas investigativas e nas atividades de extensão é assegurada pela implementação dos programas de monitoria e de iniciação científica, com a concessão de bolsas. Essas atividades são supervisionadas por docentes, prioritariamente, que atuem em regime de Tempo Integral ou Tempo Parcial. O acompanhamento e a supervisão das atividades acadêmicas são desenvolvidos no nível da administração básica, pelas coordenadorias de curso e por outros órgãos competentes.

5.8. Metodologia

Considerando que as avaliações dos estudantes deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares e que os cursos deverão utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação (Lei número 10.861, de 4 de Abril de 2004 – SINAES) e com a dinâmica curricular; optamos por priorizar as práticas pedagógicas que utilizam as atividades grupais.

As práticas pedagógicas a serem empregadas nos cursos Faculdade Paraíso são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria e aprendizagem orientada para a comunidade, conforme consta a seguir.

5.8.1. Aprendizagem autodirigida

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constitui um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso, serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados.

Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos. Cada estudante poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador.

Desta forma, procurar-se-á estimular os discentes para que desenvolvam sua capacidade de compreensão dos conteúdos ministrados através de práticas personalizadas de estudo com o auxílio de professores escolhidos pelos mesmos e nomeados pela Coordenação Geral Acadêmica da IES como responsáveis pela orientação do discente.

5.8.2. Aprendizagem baseada em problemas ou casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- Declarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?;
- Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema; identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?;
- Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais

passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);

- Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?
- Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

Neste sentido, o discente poderá vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por disciplinas específicas.

5.8.3. Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo de tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, idéias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O estudante deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais.

O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde estudantes podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo. É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais.

O grupo de tutoria promove a oportunidade para a auto-avaliação, na qual o estudante pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção. Os grupos de tutoria serão compostos por estudantes e suas atividades orientadas por um professor tutor, escolhido pelos estudantes e nomeado pela Coordenação Geral Acadêmica da Faculdade.

5.8.4. Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem.

A interação com a comunidade é desenvolvida continuamente em todas as séries dos cursos. Está inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras. A interação comunitária permitirá ao estudante trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo somente a um foco estrito, mas

estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados.

Os estudantes conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas. A meta da interação comunitária é proporcionar aos estudantes, por meio de um trabalho contínuo durante todos os cursos de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional.

Esta meta é alcançada a partir do desenvolvimento de atividades em comunidades-alvo, através da execução de projetos de pesquisa e extensão elaborados e coordenados por professores com o auxílio da Coordenação do Curso, além do envolvimento ativo do estudante na preparação e exercício da docência de cursos e/ou oficinas dirigidos à comunidade.

5.9. Regime Acadêmico

5.9.1. Normas Gerais

O projeto pedagógico de cada curso deve estabelecer diretrizes para o alcance do perfil profissional desejado dos concluintes dos cursos profissionais e o desenvolvimento de competências e habilidades. O currículo do curso de graduação deve atender às diretrizes curriculares fixadas pelo MEC. O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias, distribuídos em dois períodos letivos regulares, cada um com, no mínimo, cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

O período letivo prolongar-se-á, sempre que necessário, para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ministradas nos cursos de graduação.

As atividades da Faculdade são programadas, anualmente, em calendário, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas. Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, pesquisa e extensões, extracurriculares ou curriculares, sendo que, para estes, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.

No site institucional são divulgadas as condições de oferta dos cursos, especialmente, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições. Das condições de ofertas dos cursos deverão constar as seguintes informações:

(a) ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;

(b) dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;

(c) relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;

(d) matriz curricular do curso;

(e) resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;

(f) valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos estudantes, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional;

(g) projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;

(h) conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;

(i) descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

(j) descrição da infraestrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.

5.9.2. Processo Seletivo

O ingresso nos cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação, sob qualquer forma, é feito mediante processo de seleção, fixado pelo CONSEPE.

Como meio de estimular em seus estudantes o autoconhecimento, autodesenvolvimento, mudança pessoal e desenvolvimento de carreira, a FAP está implantando um processo de seleção inovador que considera como parte deste a análise do perfil comportamental dos novos estudantes. Tal ação visa permitir a instituição de ensino conhecer o perfil do estudante já no ato de sua entrada na faculdade, identificando assim, aptidões e dificuldades.

Como complemento a esse novo processo seletivo todos os cursos terão um 1º. (primeiro) período comum com disciplinas que têm o objetivo de introduzir o estudante no ensino superior, dando a ele uma visão da academia e de sociedade, estimulando o raciocínio lógico e o aprimoramento de produções textuais.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, ato autorizativo, número de estudantes por turma, local de funcionamento, prazo de validade do processo, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

O edital é publicado, na íntegra, no site institucional até quinze dias antes do período de inscrição. Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os efeitos dos mesmos sobre a orientação do ensino médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

5.9.3. Acesso e Matrícula

Os procedimentos para acesso e matrícula estão descritos no Regimento Geral da Faculdade.

5.9.4. Avaliação da Aprendizagem

Os procedimentos para avaliação do aproveitamento escolar estão descritos no Regimento Geral, Capítulo VI, página 17.

5.10. Atividades Extraclasse

5.10.1. NPES – Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais

Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES visa aprimorar a formação do estudante, da Faculdade Paraíso - FAP por meio da prática profissional em ambiente acadêmico.

A proposta do Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES é trabalhar com intervenções voltadas para o curso de Administração, entretanto dentro do NPES, se encontra do Núcleo de Turismo.

O Núcleo de Turismo, inserido no Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES oferece ao estudante, sob a forma de estágio supervisionado I e II (níveis pré-profissionais), a oportunidade de experimentar diferentes possibilidades de atuação na área profissional e a possibilidade de trabalhar em projetos sociais de forma voluntária.

A diversidade das atividades permite ao estagiário identificar suas preferências. Clientes com perfis distintos e projetos de diferentes escalas e naturezas, servem de comparativo para a decisão da área de atuação do estagiário.

No Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES o estagiário aprende a analisar e a resolver problemas, trabalhar em equipe, aceitar hierarquias, apresentar e expressar suas idéias, compreender as demandas do cliente e suas restrições de recursos, gerenciar seu tempo e programar tarefas. Assim adquire maturidade e autonomia técnica.

No trabalho do Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES se lida com dados programáticos, desejos dos clientes, restrições de recursos e prazos reais, que no final, exigem da equipe de estagiários uma resposta que muitas vezes se distancia dos ideais imaginados na prática acadêmica sem, contudo perder a visão crítica. O processo se aproxima do existente na realidade dos componentes da comunidade do entorno da Instituição.

Por ser um serviço gratuito e voltado exclusivamente às ações sociais, o trabalho desenvolvido no Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES não representa concorrência para os profissionais e organizações que atuam no mercado.

Por se tratar de um Núcleo multidisciplinar e interdisciplinar, sua estrutura organizacional foi estabelecida com intuito de beneficiar a todos os acadêmicos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Paraíso. Sendo assim, esta é formada pela Coordenação do Curso de Graduação em Administração e Turismo, que está diretamente subordinada à Coordenação Geral Acadêmica. Os estagiários do Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais – NPES dão apoio logístico à realização dos projetos.

O Apêndice 3 apresenta o regulamento do Núcleo de Práticas Empresariais e

Sociais.

5.10.1.1. Estágio curricular supervisionado

As atividades de estágio supervisionado visam consolidar o desempenho profissional desejado inerente ao perfil do formando da FAP. Desta forma, as atividades de estágio supervisionado são, preponderantemente, práticas e devem proporcionar ao educando a participação em situações reais de vida e trabalho, em todas as funções da carreira escolhida pelo estudante, além de práticas simuladas.

O estágio supervisionado pode ser realizado fora da instituição de ensino ou dentro, por meio da participação do estudante no Núcleo de Práticas empresariais e Sociais e do Nucleo de Turismo .

À Coordenadoria de Estágio, exercida pelo Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, compete:

- Promover a realização dos estágios curriculares e extracurriculares, de acordo com o currículo do curso de graduação, obedecidas as normas aprovadas pelos órgãos competentes da faculdade, nos termos regimentais;
- Analisar e opinar no processo de credenciamento de serviços e organizações empresariais, para efeito de realização de atividades de estágio extramuros;
- Oferecer infraestrutura de apoio para todas as atividades práticas do estágio, incluindo recursos humanos, bibliográficos, materiais e instalações físicas adequadas;
- Participar do processo de avaliação global do estagiário;
- Promover as medidas administrativas e acadêmicas indispensáveis à realização dos processos, curriculares e extracurriculares, de estágio supervisionado;
- Promover, semestralmente, eventos para avaliação dos estágios, objetivando aperfeiçoar a realização dos mesmos;
- Articular-se com órgãos ou setores da Faculdade, ligados à pós-graduação, à pesquisa e à extensão, para ações comuns visando o treinamento profissional do estagiário e para ações extensionistas.

O regulamento completo do Estágio Supervisionado se encontra descrito no Apêndice 5.

5.10.1.2. Monitoria

O Programa de Monitoria é destinado a propiciar aos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão, assegurando, por sua vez, cooperação didática tanto ao corpo docente, quanto ao discente, nas funções institucionais.

Os monitores, sob a supervisão docente, auxiliam o corpo discente na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência. As atividades de Monitoria estão reguladas conforme Regimento Geral, no Capítulo III, página 23 e anualmente a FAP publica edital com as normas de acesso e seleção.

5.10.2. Atividades complementares

As Atividades Complementares devem criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extracurriculares e de interesse para sua formação pessoal e profissional.

Para o registro acadêmico, o estudante deve apresentar, ao Núcleo de Apoio ao Estudante, relatório discriminando as atividades complementares realizadas com a respectiva carga horária, devendo apresentar original para verificação do cumprimento de tais atividades. Os itens que integram as Atividades Complementares devem ser desenvolvidas ao longo do curso, devendo-se evitar a realização das atividades em um único ano ou período.

O Apêndice 5 apresenta o regulamento das atividades complementares.

5.10.3. Atividades de Extensão

O principal objetivo das atividades de extensão é o de promover um trabalho de inter-relação entre a FAP e a sociedade, em que ambas as esferas se complementam e aprendem, sendo parceiras no processo de aprendizado que se realiza entre as duas. Assim, a FAP, além de oferecer à sociedade o seu conhecimento científico, aprende com a realidade cotidiana, tendo condições de redefinir currículos, conteúdos programáticos e até mesmo as suas linhas de atuação.

Os programas de extensão representam uma ponte que possibilita a articulação entre o ensino e a pesquisa, produzindo uma práxis cotidianamente revisada.

As modalidades de extensão em coerência com seus objetivos, não se constituem em atividades independentes, elas estão fundamentadas na pesquisa e no ensino. Assim, a extensão da FAP, derivada de sua produção do conhecimento e/ou da Mantenedora, pode materializar-se em:

Cursos de Extensão: são os cursos ministrados no âmbito da FAP, como parte do processo de educação continuada, e que não se caracterizam como parte das atividades regulares do ensino formal de graduação;

Eventos: compreendem atividades de curta duração, como palestras, seminários, congressos, entre outras modalidades;

Programas de ação contínua: compreendem o conjunto de atividades implementadas continuamente, que têm como objetivos o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino;

Programas especiais: compreendem atividades de duração determinada;

Prestação de serviços: compreende a realização de consultorias, atividades assistenciais e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores e que utilizam recursos humanos e materiais da FAP.

5.10.3.1. Programas de Curso de Extensão On Line

A Faculdade Paraíso - FAP, por meio do Núcleo de EaD da Diretoria de Ensino Superior e Pesquisa, oferece para a sua comunidade acadêmica e demais interessados um Programa de Cursos de Extensão On-line que visa promover cursos de curta e média duração, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar e atualizar conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências técnicas e profissionais.

5.10.3.1.1. Metodologia Pedagógica

No Programa de Cursos de Extensão On-line a metodologia pedagógica adotada tem como base a autonomia de estudo do estudante, no qual ele é o agente da construção do seu conhecimento, capaz de autodirigir e autorregular o seu processo de ensino e aprendizagem.

Todos os Cursos do Programa serão desenvolvidos totalmente na modalidade de ensino a distância, através do nosso ambiente virtual que pode ser acessado por meio do endereço: http://ead.faculdadeparaiso.edu.br/.

O Programa foca no estudante, aprendiz autônomo, capaz de aprimorar suas competências e habilidades cognitivas, traçando o seu planejamento de estudo de forma flexível, mas com comprometimento.

5.10.3.1.2. Diretrizes de Ação Pedagógica

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Paulo Freire).

A aprendizagem é um processo construído internamente e por meio de uma reorganização cognitiva constante, e é com esse escopo educacional que os Cursos do Programa são estruturados e apresentados ao estudante.

Os cursos possuirão as seguintes diretrizes pedagógicas:

- complementar conhecimentos.
- aprofundar conhecimentos já adquiridos; e
- capacitar e qualificar nossos estudantes e interessados (público externo) preparando-os para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

5.10.3.1.3. Material Didático

O material didático será elaborado por profissionais qualificados com experiência profissional e docente. A construção dos materiais, recursos, atividades e a estruturação no ambiente virtual são realizadas pela empresa parceira da IES em consonância com a equipe de coordenação do curso.

Será disponibilizado para os estudantes um livro digital com o conteúdo da

disciplina e material multimídia.

5.10.3.1.4. Ingresso no Programa

Os estudantes e interessados deverão adquirir um cartão de acesso, entrar no portal da Faculdade e efetivar sua inscrição. O cartão permite acesso aos cursos pelo período de um ano.

5.11. Apoio ao discente

5.11.1. Apoio Psicopedagógico ao Discente

O apoio psicopedagógico da FAP é realizado por meio do NAE para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Os serviços de psicopedagogia têm por objetivo oferecer acompanhamento ao corpo discente e subsídios para melhoria do desempenho de estudantes que apresentam dificuldades. Propõe-se a contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos estudantes, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

O atendimento é caracterizado por orientações individuais a estudantes encaminhados pelos professores, Coordenadores de Curso ou para aqueles que procuram o serviço espontaneamente.

O horário disponível para esse atendimento é de dois períodos semanais, mediante agendamento prévio de entrevistas para garantir o atendimento eficiente e dedicado evitando acumulo ou coincidências indesejáveis para o interessado.

5.11.2. Mecanismos de Nivelamento

A FAP busca oferecer nivelamento aos estudantes desde o início do curso, por meio de um período comum a todos os cursos. Tal período é composto de disciplinas que visam orientar o estudante em sua entrada no ensino superior, dando a ele uma visão da academia e de sociedade, estimulando o raciocínio lógico e o aprimoramento de produções textuais.

Além disso, com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a FAP poderá promover cursos de nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática. Este nivelamento visa suprir as deficiências básicas dos estudantes que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado ao iniciar o curso de graduação.

Tal nivelamento é realizado por meio de um apoio de monitoria realizado por um estudante selecionado mediante edital, que atua sob supervisão do(s) professores da(s) disciplina(s). Este nivelamento é oferecido conforme necessidades identificadas pela Coordenação de Curso.

5.11.3. Ouvidoria

A Ouvidoria da FAP é um elo entre a comunidade – acadêmica ou externa – e as instâncias administrativas da Instituição, visando agilizar a administração e aperfeiçoar a democracia. A Ouvidoria da FAP é tratada pelo Núcleo de Apoio ao Estudante.

São objetivos da Ouvidoria da Faculdade Paraíso:

I – assegurar a participação da comunidade na Faculdade Paraíso, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas;

II – reunir informações sobre diversos aspectos da Faculdade Paraíso, com o fim de subsidiar o planejamento institucional.

Assim sendo, a Ouvidoria é um canal de ligação entre a FAP e a comunidade acadêmica, com a finalidade de estabelecer uma comunicação democrática, identificar necessidades e entraves existentes e buscar soluções para as queixas e indagações apresentadas, bem como coletar propostas visando à busca da excelência no atendimento e o fortalecimento da cidadania, ao permitir a participação da comunidade acadêmica e externa.

A Ouvidoria atua ouvindo as reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecendo as dúvidas sobre os serviços prestados. Recebe, analisa e encaminha as manifestações aos setores responsáveis; acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções e mantendo o cidadão/usuário informado; e responde com clareza as manifestações no menor prazo possível.

5.11.4. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos estudantes é realizado pelo Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE e pela Coordenação de Curso, quando necessário, com jornada semanal específica para atendimento ao estudante. Esse atendimento é feito de maneira personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

5.11.5. Acompanhamento de Egressos

A FAP prevê o desenvolvimento de um Programa de Acompanhamento do Egresso com o objetivo de criar uma linha de estudos e análises da trajetória dos egressos, de forma a avaliar a qualidade do ensino e a adequação dos currículos dos cursos, e que será implantado quando da conclusão do curso pela primeira turma.

O programa contará com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a FAP e os diplomados em seu Curso; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados, será possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os ex-estudantes serão informados sobre cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela FAP, eventos diversos realizados na Instituição, oportunidades de emprego e outros.

O retorno dos egressos sobre o ensino recebido na FAP é fundamental para o

aprimoramento institucional. Para tanto, serão aplicados questionários estruturados para obter informações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, perfil de profissional exigido pelas empresas, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação. Após a aplicação desse questionário, as respostas são tabuladas e analisadas para encaminhar aos dirigentes da Instituição.

5.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Como ações decorrentes dos processos anteriores de avaliação do curso destaca-se:

- Substituição de Coordenação Geral Acadêmica e Coordenação de Curso;
- Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso;
- Implantação do Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais e do Núcle de Turismo;
- Disponibilização de plataforma de cursos de extensão a distância;

5.13. Atividades de tutoria – Disciplinas EaD

Na nova matriz curricular prevista neste PPC, cerca de 20% das disciplinas do curso de Turismo da FAP serão realizadas em ambiente de EaD.

A metodologia pedagógica a ser adotada para o desenvolvimento das disciplinas em EaD é o cognitivismo, no qual os processos internos de percepção, representação, armazenamento e recuperação dos conhecimentos são gerados a partir da interação entre o estudante x professor/tutor x ambiente de aprendizagem *on-line*.

O conhecimento adquirido pelo estudante será fruto dessa interação. As disciplinas serão desenvolvidas por meio de um processo permanente e contínuo de construção e reconstrução, que resultará na formação de estruturas mentais, também chamadas de assimilação.

Serão disponibilizados para os estudantes os seguintes recursos educacionais:

- Material Didático
- Ferramentas de Aprendizagem – desenvolvidas no ambiente *on-line*;
- Ferramentas de Comunicação e Interação – desenvolvidas no ambiente *on-line*;
- Tutoria de Dúvidas - via ambiente *on-line*, de forma assíncrona, realizada pelo professor/tutor da disciplina;
- Encontro Presencial

5.13.1. Material didático institucional

O material didático será elaborado por profissionais qualificados com experiência profissional e docente. A construção dos materiais, recursos, atividades e a estruturação no ambiente virtual serão realizadas pela empresa parceira da IES em consonância com a equipe de coordenação do curso.

Será disponibilizado para os estudantes um livro digital com o conteúdo da disciplina, atividades de fixação e material multimídia.

5.13.2. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.

Para auxiliar a interação entre docentes, tutores e estudantes, a FAP disponibilizará um canal de diálogo permanente com o professor/tutor da disciplina, de forma assíncrona no ambiente virtual de estudo.

Em relação a interação estudante x estudante, será disponibilizado um módulo de “bate-papo” com os colegas de turma, para trocar informações, de forma assíncrona (mensagens no ambiente). E, via *Chat,* pelo “Troca de Ideias *On-line”,* no qual poderá conversar com os seus colegas em tempo real.

O estudante poderá entrar em contato com a coordenação de EaD, sempre que precisar. A Coordenação de EaD fará interações com os estudantes via e-mail ou por meio de mensagens postadas no ambiente, buscando sanar dificuldades pertinentes à execução de atividades, entendimento da metodologia proposta e apoio ao estudo.

5.13.3. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O estudante será avaliado no decorrer do estudo da disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Ensino do componente curricular e a partir das atividades propostas.

Na aula inicial de apresentação da disciplina, o estudante tem o conhecimento de como será a composição da sua nota em cada avaliação. Essa informação também está à sua disposição no ambiente de aprendizagem *on-line* da disciplina.

5.14. Corpo Docente e Tutorial

5.14.1. Corpo Docente

O corpo docente do curso é formado por 32 professores, 51% especialistas, 41% mestres e 3% doutores, totalizando 44% de docentes mestres e doutores.

Em relação ao regime de trabalho 66% do quadro docente são horistas, 22% atuam em tempo parcial e 13% em tempo integral, totalizando 34% docentes em tempo integral e parcial.

5.14.2. Corpo Tutorial

A partir da implantação da nova matriz curricular prevista para 2015.1, existe a previsão de contratação de tutores qualificados para atuarem na orientação das disciplinas EaD.

5.15. Infraestrutura da instituição

5.16. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos

A sala de coordenação de curso será reformada e terá um formato de um ambiente aberto, integrado, amplo e arejado que visando transmitir ao colaborador transparência e tranquilidade. Este formato de sala propicia a comunicação entre os coordenados dos demais cursos e aumenta a produtividade.

5.17. Sala de professores

A sala de professores é climatizada, bem dimensionada e dotada de iluminação e mobiliário, atendendo às condições de salubridade. Há microcomputadores para utilização dos docentes, com acesso à Internet.

5.18. Salas de aula

A FAP possui 48 salas de aula com área total de 2.204 m, climatizadas, com quadro branco, 04 calhas com 3 lâmpadas, 1 mesa e cadeira para professor e carteiras para os estudantes conforme capacidade da sala.

Acesso de estudantes a equipamentos de informática

O acesso dos estudantes aos equipamentos de informática se dá por meio de 4 laboratórios de informática, conforme descrito abaixo:

- Laboratório 1 (75,73 m2) – 40 microcomputadores Intel, 2 a 4 GB de RAM, sistema operacional Windows 7, com acesso à internet e placas Wireless.
- Laboratório 2 (45,5 m2) – 24 microcomputadores Intel, 2 a 4 GB de RAM, sistema operacional Windows 7, com acesso à internet.
- Laboratório 3 (59,5 m2) – 12 microcomputadores Intel, 2 a 4 GB de RAM, sistema operacional Windows 7, com acesso à internet.
- Laboratório 4 (41,93 m2) – 16 microcomputadores Intel, 2 a 4 GB de RAM, sistema operacional Windows 7, com acesso à internet.

5.19. Biblioteca

5.19.1. Acervo por Área de Conhecimento

O acervo é constituído de diversos suportes como livros, periódicos, CD-ROM, DVD-ROM e softwares, bases de dados nacionais com acesso livre, abrangendo diversas áreas do conhecimento, em um total de mais de 20.000 itens de acervo documental.

O acervo de livros atende às necessidades dos cursos quanto à quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização das obras.

A biblioteca conta em seu acervo com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica. Além das assinaturas de periódicos a Instituição viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da CAPES.

O acervo está instalado em local com iluminação adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos.

A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e *online*, além de possuir microcomputadores com acesso à Internet e consulta a diversas bases de dados.

Além do acervo local, a FAP disponibiliza aos estudantes acesso a base de dados digital da biblioteca universitária Victor de Sá pertencente ao Grupo Lusófona.

5.19.2. Espaço Físico para Estudos

A Biblioteca Gilberto Gil possui uma recepção com 50 metros quadrados, acervo com 112 m^2 e sala de estudos com 96 m^2, com área total de área total de 258 m^2. As instalações para estudos individuais e em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário.

Os usuários contam com mesas para estudo individuais, que se localizam no ambiente da biblioteca, próximas ao acervo, proporcionando comodidade e facilidade de acesso. Os espaços para estudo são bem iluminados, com ventilação adequada, sem interferências sonoras além de permanentemente conservados e limpos.

As instalações para estudos em grupo possuem capacidade para grupos de 04 (quatro) a 05 (cinco) estudantes. Os espaços proporcionam a reserva necessária para o tipo de atividade que neles são desenvolvidos.

5.19.3. Horário de Funcionamento

Seu funcionamento é de segunda a sexta feira, de 8h às 21:45h, e aos sábados, quando da ocorrência de atividades acadêmicas ou letivas.

5.19.4. Pessoal Técnico-Administrativo

A biblioteca está sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Biblioteconomia, além de auxiliares contratados pela Mantenedora.

5.19.5. Serviços Oferecidos

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar; reserva; levantamento bibliográfico; orientação quanto à normalização bibliográfica (Normas ABNT).

O empréstimo domiciliar somente é concedido aos usuários internos. É obrigatória a apresentação do documento de acesso para a realização do empréstimo.

Os usuários podem retirar até 03 (dois) livros pelo período de empréstimo de 3 (três) a 07 (sete) dias consecutivos, podendo ser renovado o empréstimo, pessoalmente, desde que não esteja em atraso e não haja reserva prévia da obra por parte de outro usuário. Se o material estiver em atraso, a renovação é bloqueada até a devolução.

O levantamento bibliográfico pode ser realizado no Banco de Dados da Biblioteca, nas diversas áreas do conhecimento. Pode ser solicitado pelos estudantes, professores e funcionários.

A biblioteca presta serviços aos usuários de orientação quanto à normalização para apresentação de trabalhos monográficos. Há um programa permanente de treinamento de usuários com o objetivo de auxiliá-los na consulta ao catálogo e elaboração da pesquisa. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual da Instituição com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos, digitalizado e disponibilizado no site da instituição.

5.19.6. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo

A FAP mantém uma política permanente de aquisição, expansão e atualização do acervo, tendo como base as necessidades pedagógicas e curriculares dos cursos oferecidos. O acervo bibliográfico é adquirido por indicação de estudantes, professores e do Coordenador do Curso à equipe da biblioteca, sob a orientação e autorização do Diretor Acadêmico. Para tanto, para o próximo quinquênio, a Mantenedora continuará reservando 5% (cinco por cento) do orçamento para atualização do acervo, bem como aprovação da aquisição dos itens documentais necessários para os cursos previstos para implantação.

5.19.7. Bibliografia básica

A matriz curricular definida para o curso de Turismo prevê a indicação de 3 bibliografias básicas definidas conforme necessidade das disciplinas. Tais bibliografias encontram-se detalhadas no Apêndice 2.

5.19.8. Bibliografia complementar

A matriz curricular definida para o curso de Turismo prevê a indicação de 3 bibliografias complementares definidas conforme necessidade das disciplinas. Tais bibliografias encontram-se detalhadas no Apêndice 2.

5.19.9. Periódicos especializados

Visando complementar o conhecimento dos estudantes do curso de Turismo, a FAP oferece aos estudantes acesso a base *online* do Grupo Lusófona. Além disso, A faculdade conta com a assinatura de periódicos impressos e digitais (Veja, Exame, Você S.A.) que estão disponíveis para consulta na biblioteca.

5.20. Infraestrutura para Acessibilidade a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Atendendo a PORTARIA Nº 5.296, de 6 de junho de 2004, que revoga a Portaria nº 3.284/03, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, a FAP tem como uma de suas prioridades, a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços que

oferece à comunidade. Preocupada em garantir aos estudantes portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a Instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está sendo adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas para garantir no mínimo um acesso a usuários de cadeiras de rodas, vinculado à circulação principal e às circulações de emergência. Nelas serão adicionadas à sinalização informativa, indicativa e direcional da localização do acesso específico.

As áreas de circulação serão planejadas de modo a assegurar uma faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos, possibilitando a aproximação aos objetos e elementos acima e abaixo do raio de ação da pessoa sentada, que utilize, ou não, cadeira de rodas e, com largura mínima adequada, por meio de rampas e/ou elevadores. Possuirá superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática e em desníveis mais acentuados, serão instaladas rampas guarnecidas por corrimão. Serão construídos guias de balizamento, em forma de ressalto para orientação e maior proteção de pessoas portadoras de deficiência sensorial visual e ambulatória parcial.

As portas terão vão livre de 0,80 m, com maçanetas tipo alavanca, sendo que as dos sanitários terão barra horizontal para facilitar o seu fechamento. O seu revestimento será resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas.

Os sanitários estarão localizados em lugares acessíveis, próximos à circulação principal e devidamente sinalizados, com barras de apoio nas paredes e demais dependências adequadas ao uso de portadores de deficiência ambulatória. As salas de reunião serão acessíveis para portadores de deficiências, na área destinada tanto ao público quanto aos participantes e funcionários. No auditório estarão reservados espaços para cadeira de rodas e assentos para pessoas portadoras de deficiência ambulatória parcial.

A biblioteca, os museus e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar-lhe as condições de acesso, circulação e comunicação. No estacionamento serão reservadas vagas para veículos dirigidos por pessoas portadoras de deficiência ambulatorial, prevendo-se condições de sinalização, espaço adicional para a circulação de cadeiras de rodas, áreas de circulação adequada quanto a piso, guias etc. o Os lavabos, bebedouros e telefones públicos serão instalados em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, para atender aos estudantes portadores de deficiência física.

Além disso, a instituição se compromete em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa portadora de deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para estudantes com deficiência visual e auditiva, nas seguintes condições: (a) para estudantes com deficiência visual: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela do computador; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a

computador; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille; (b) para estudantes com deficiência auditiva: intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa; flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico; iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

5.21. Plano de Expansão

Até o final de 2018, deverá ser construído um novo prédio para a faculdade com 40 salas de aula, priorizando espaço para banheiros, acesso a portadores de deficiências físicas, biblioteca, sala de estudo individual, sala de estudo em grupo, laboratórios, sala de professores, sala de multimídia, área de lazer, alimentação e estacionamento.

APÊNDICE 1 – Dados do Município de São Gonçalo

Localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, no lado oriental da Baía de Guanabara, São Gonçalo tem uma área de 241,71 km2, e é atravessada pelas duas principais vias de acesso ao Norte do Estado: a Rodovia Amaral Peixoto e a Niterói/Manilha, integradas ao sistema BR-101, o que garante o acesso fácil às demais regiões do país. São Gonçalo limita-se, ao Norte, com Itaboraí e a Baía de Guanabara. Ao Sul, com Marica e Niterói. À Leste, com Itaboraí e Marica, e à Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói. Seu clima é ameno e seco, variando entre a temperatura máxima anual de 33º e a mínima de 12º. Na Figura 1, o município está situado no canto superior direito.

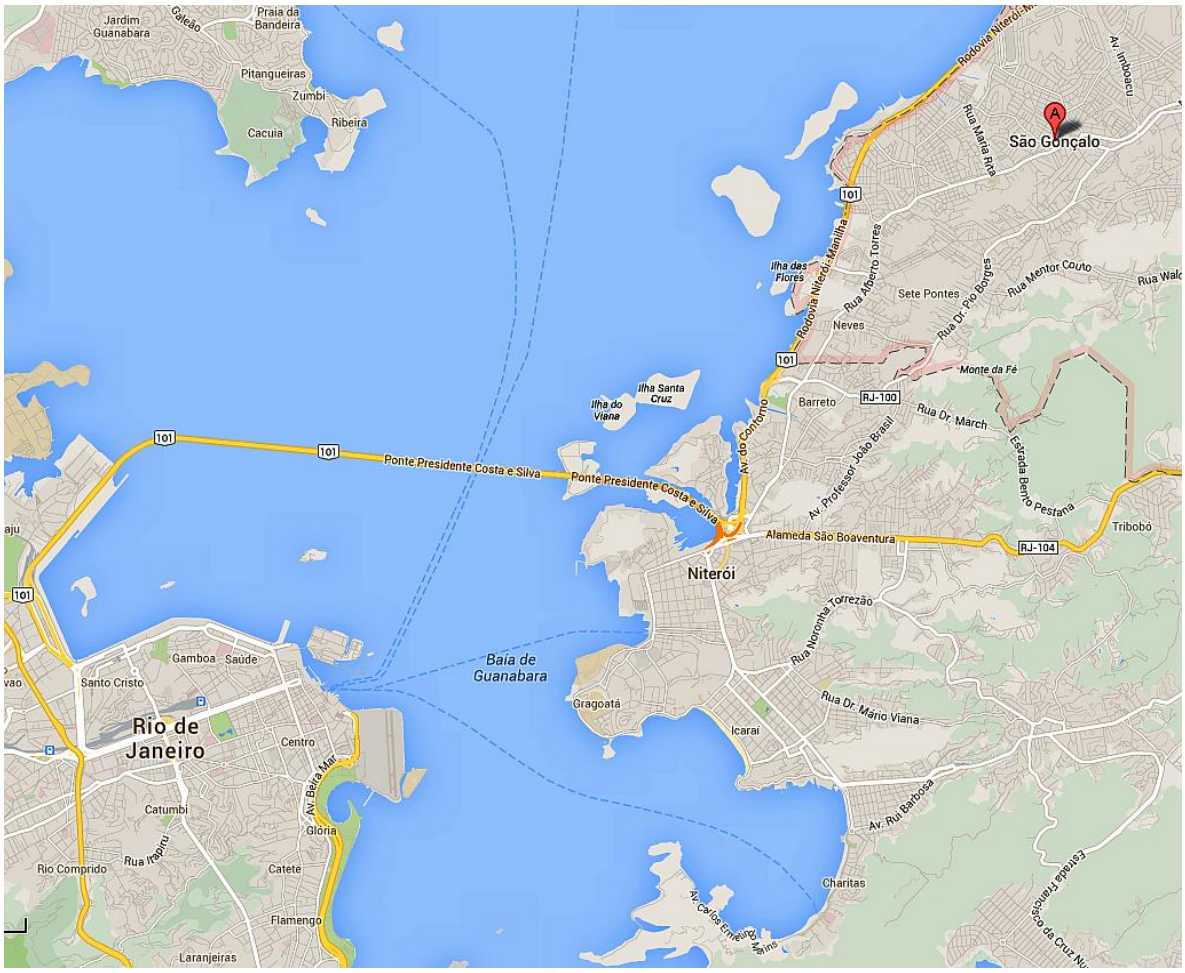


FIGURA 1 – Posicionamento Geográfico do Município de São Gonçalo (Fonte: Google)

Com uma população estimada em 1.031.903 habitantes, a cidade integra a Região Metropolitana, do Estado do Rio de Janeiro (92 Cidades). Sua área territorial e de 251 Km², dividida em 5 Distritos. Sua força econômica está baseada, principalmente, no binômio comércio (11.600 estabelecimentos cadastrados / CNPJ, junto a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial e Empresarial) e bens de serviço; além disso, estão sediadas na Cidade 98 indústrias, com destaque para o Laboratório farmacêutico B. BRAUN e o Pólo da Moda e Confecção, de Nova Cidade.

Além da Faculdade Paraíso, na cidade de São Gonçalo existem somente 13 instituições de ensino superior. No entanto, dentre estas há muitas com apenas um pólo de ensino a distância ou um campus com apenas um curso da Universidade respectiva. A Faculdade Paraíso tem por objetivo se transformar em pólo aglutinador de elevação do nível tecnológico, cultural e humano dos cidadãos gonçalenses.

Pela competência no ensino, atuará como centro de formação de profissionais competentes, éticos, criativos e comprometidos com a qualidade de vida. Dentre as Universidades e Faculdades, tanto públicas, quanto privadas; há o destaque maior para a Faculdade de Formação de Professores / FFP, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ, a mais importante do Brasil, para a Faculdade Paraíso / Grupo Lusófona, Portugal e para o Colégio Santa Mônica (ensinos fundamental e médio).

Nos últimos anos, a cidade vem experimentando um período de grande desenvolvimento por conta da implantação, em nossa região do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ (maior investimento do Governo Federal, em andamento, no Brasil). Com investimentos previstos da ordem de 20 bilhões de dólares o Complexo gerará cerca de 220.000 empregos; tendo o início de suas atividades previsto para o ano de 2016.

Para que este investimento do Governo Federal pudesse ser viabilizado foi constituído um consórcio integrado por 7 cidades da Região Leste – CONLESTE; dentre elas, São Gonçalo, que por sua posição estratégica desempenha um papel importantíssimo em todo o processo.

Desde 2005, a Petrobras instalou na Cidade um Centro de Qualificação Profissional que oferece, gratuitamente, 62 cursos (3 módulos semestrais) nos níveis: básico (82%), técnico (17%) e superior (1%); além de uma ajuda de custo de R$200,00, mensais (transporte e alimentação).

Já foram qualificados cerca de 18.000 profissionais. Além disso, está sendo construído, em São Gonçalo, um PORTO, que irá receber os grandes equipamentos para as instalações industriais do Complexo Petroquímico e, posteriormente, servirá para o escoamento de sua produção. Orçado em R$ 240 milhões pela Petrobras, o porto consiste em um píer que avançará cerca de 80 metros mar adentro, no formato da letra "T", a partir da Praia da Beira. Haverá ainda uma área de apoio e guarda de aparelhos, chamada de RETROPORTO. O píer terá capacidade, quando pronto, para receber simultaneamente até sete embarcações de grande porte, que trarão parte da maquinaria pesada do COMPERJ. O material seguirá até a sede do complexo petroquímico, no vizinho município de Itaboraí, em carretas e caminhões que percorrerão 22 km por uma estrada a ser construída entre os dois destinos. Para que a obra do porto em São Gonçalo fosse iniciada, foram feitos serviços de dragagem que permitirão a chegada das embarcações ao ponto de atracação. Sem a dragagem de 5 metros de profundidade entre o canal central de navegação da Baía de Guanabara e o píer, nenhum barco carregado conseguiria aproximar-se do porto.

O Governo do Estado, por sua vez, investe maciçamente na implantação da Linha 3, do Metrô/VLT, na ampliação do Hospital Geral , na instalação de uma estação de tratamento de esgotos/ETE e no aumento na oferta de água/ETA Laranjal); além de, em parceria, com a Prefeitura Municipal no asfaltamento das vias e na implantação de um aterro sanitário). Já a Prefeitura Municipal cuida da

ampliação e melhoria da rede municipal de ensino e de saúde (escolas, postos de saúde e hospitais).

Diante deste quadro a construção civil vive um excepcional momento com a inauguração de 2 grandes shoppings (560 lojas / 4.800 empregos) e o lançamento de inúmeros empreendimentos (residenciais e comerciais), em todas as regiões da Cidade. Além disso, o maior Programa Habitacional do Governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida”, implementado através da Caixa Econômica Federal / CEF, está construindo milhares de unidades habitacionais voltadas para famílias com renda mensal de até R$1.500,00 e que não sejam proprietárias de outro imóvel, com condições de compra facilitada (parte do valor do imóvel subsidiado e prazos de pagamento em até 20 anos).

Na área da cultura destacam-se, dentro da Música Popular Brasileira, nomes como Altay Veloso e Cláudio Zolli, compositores e o de Selma Reis, cantora. Também merece menção o Professor Carlos Medeiros, idealizador e realizador do Curso “Historiando as Artes”, detentor do “Prêmio Nota Dez”, da Secretaria Estadual das Culturas. A Cidade dispõe de diversos equipamentos públicos, tais como: o Teatro Carequinha (artes cênicas), a Escola de Música Pixinguinha 400 estudantes são atendidos, gratuitamente, em aulas de instrumentos de sopro e cordas), a Casa das Artes (artes plásticas) e a Lona Cultural, do Jardim Catarina (oferece cursos gratuitos, de circo, desenho e teatro).

O município de São Gonçalo tem investido na mudança sócio-econômica da região e, por isso, é hoje uma das principais cidades do estado. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, da qual dista apenas 20 quilômetros, e a ligação com outros municípios do Grande Rio, como Niterói, por exemplo, fazem de São Gonçalo um ponto estratégico para negócios, além de passagem, quase obrigatória, para as áreas turísticas do estado, como a Região dos Lagos e parte da Região Serrana.

Os tempos áureos da economia gonçalense remontam às décadas de 40 e 50, quando São Gonçalo ocupava lugar de destaque. Na época, o parque industrial do município era o mais importante do estado, atuando nos campos da metalurgia, transformação de materiais não-metálicos (como cimento, cerâmica e outros), químico, farmacêutico, papelão, papel e produtos alimentares. São Gonçalo era, por isso, chamado de “Manchester Fluminense”.

Hoje, São Gonçalo luta para retomar seu espaço, com um parque industrial variado, que inclui firmas como Plastigel, Tintas Internacional, Eletro Vidro, Comercial Gerdau, CCPL, Quaker Alimentos e os laboratórios farmacêuticos: B. Braun e Herald’s, além de confecções, principalmente em jeans. A área de serviços cresceu vertiginosamente. O comércio gonçalense é um dos mais ativos da região, com grandes redes de supermercado, como é o caso do Makro , Carrefour , Sendas, Champion , Extra , o Sam´s Club (do grupo americano Wal Mart) e, mais recentemente o São Gonçalo Shopping Rio, localizado às margens da BR-101, na altura do bairro Boa Vista. O empreendimento, de porte regional, gera cerca de 2 mil e 500 empregos diretos. O crescimento do terceiro setor da economia gonçalense, acima dos níveis médios verificados em todo o Grande Rio, estará, portanto, norteando os investimentos e as iniciativas da Faculdade Paraíso, para os cursos de tecnologia, de graduação (bacharelado e licenciatura), de pós-graduação e de pesquisa e extensão, para os próximos cinco anos.

São Gonçalo tem a obrigação de se desenvolver, sob pena de frustrar seus jovens que têm o legítimo direito de usufruir de oportunidades nas quais possam demonstrar suas competências, habilidades, e responsabilidade social. Para tanto, a área de prestação de serviços se nos afigura promissora com vistas à geração de emprego e ao atendimento da natural vocação do nosso Estado.

Qualidade de vida, responsabilidade social e solidariedade são as molas éticas propulsoras do investimento que a Instituição se propõe a oferecer. A população de São Gonçalo carece de oportunidades de investimento em todos os níveis e setores da economia, mas principalmente naqueles que têm o dom de contribuir eficaz e decididamente para a elevação do patamar da cidadania.

A educação, o estudo, tem o dom de agregar valores permanentes ao indivíduo. Valores que instrumentalizam as pessoas para continuar a aprender, para evitar a obsolescência, para ter a capacidade de adaptação a novos paradigmas de trabalho e convivência. Valores que despertam a criatividade, inventividade e originalidade ao descortinar, viabilizar e concretizar solução para os problemas concretos do segmento da inserção social.

A sociedade não resolve os seus problemas sem uma acurada qualidade educacional. O mundo globalizado e competitivo é um mundo cruel com os que não têm o agudo senso da oportunidade histórica. Oportunidade histórica significa capacidade de continuamente reconstruir as competências que se tornam obsoletas. Portanto, de permanentemente refazer a capacidade de solucionar novos problemas. Esta capacidade constitui inestimável ativo da civilização, de um país, de um povo. Socializar a capacidade de refazer competências é a missão dos empresários da educação.

Neste sentido caminha a Instituição. Alimenta a ânsia de ser promotora da possibilidade de instrumentalização para as pessoas, da constituição e reconstituição das habilidades dos cidadãos e, assim, contribuir de maneira humilde, porém, com eficácia e devoção para o aumento da felicidade que se alimenta da competência e da ética.

APÊNDICE 2 – Conteúdos Programáticos

1ª. PERÍODO

Raciocínio Lógico – 60 horas

Ementa:

Lógica objetiva X Lógica subjetiva. Raciocínio informal. Raciocínio formal. Raciocínio simbólico. Raciocínio matemático.

Bibliografia Básica:

Alves, Alaor Caffe Lógica - Pensamento Formal e Argumentação. Editora Quartier Latin.

Carnielli, Walter Pensamento Crítico - O Poder da Lógica e da Argumentação. Ed. Rideel, 2ª Ed. 2010

ALENCAR, Edgar F. Iniciação à lógica matemática. 18ª ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 2000.

Bibliografia Complementar:

NEWTON-SMITH, W. H. Lógica: um curso introdutório. Lisboa: Editora Gradiva,

SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.

SOARES, Edvaldo. Fundamentos de Lógica. Elementos de Lógica Formal e Teoria da Argumentação. São Paulo: Atlas S. A., 2003.

Português Instrumental – 60 horas

Ementa:

Leitura e construção de sentidos. Produção de textos. Atualização gramatical. Redação técnica.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, R. M. Correspondência Comercial e Oficial com técnicas de redação RJ. Saraiva. 1996.

CIPRO NETO, Pasqual e Infante, Ulisses. gramática da língua portuguesa. sp: Scipione, 1997.

MEDEIROS, J.B. Correspondência: Técnicas de Comunicação criativa. SP. Atlas. 1997.

Bibliografia Complementar:

Terciotti, Sandra Helena. Português na Prática – Para cursos de graduação e concurso público. Ed Saraiva. 2ª. Ed. 2014.

Terciotti, Sandra Helena e Ricino, Leo. Redação na prática – Um guia que faz a diferença na hora de escrever bem. 1ª. Ed. Saraiva. 2012.

SOUZA, Jesus Barbosa e Campelli, Samira Youssef. produção de textos & usos de linguagem. sp: saraiva, 1998.

Fundamentos do Direito – 60 horas

Ementa:

O direito como objeto de conhecimento. Esferas do Direito. Ética na pesquisa. Propriedade intelectual. Marcas e Patentes. Elementos contratuais. Direito do Consumidor. Crimes contra honra. Crimes contra o patrimônio. Sigilo e privacidade.

Bibliografia Básica:

BRANCATO, R.T. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Saraiva. 2006.

DINIZ, M. H. Compêndio de introdução à ciência do direito. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.

FERRAZ, Junior. Introdução ao estudo do Direito. SP. Atlas. 2003.

Bibliografia Complementar:

Palaia, Nelson. Noções essenciais do direito. 4ª. Ed. Saraiva. 2011.

Dower, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 14ª.ed. Saraiva. 2014.

BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998

Introdução às Ciências Sociais – 60 horas

Ementa:

Introdução às Ciências Sociais. Filosofia: Ética, moral, valores, princípios. Filosofia e Educação. Ética Empresarial. Sociologia: Formação da sociedade e estratificação social. Organizações sociais. Organização formal e informal. Política e sociedade. Antropologia: Comportamento Humano. Preconceito. Diversidade e relativismo. Antropologia do Consumo.

Bibliografia Básica:

ABBAGNANO, N. A. A sabedoria da filosofia - problemas em nossa vida. Petrópolis: Vozes 1998.

APPEL, K. O. Estudos da moral moderna. Petrópolis, Vozes, 1998.

TURNER, Jonathan. Sociologia: Conceitos e Aplicações. Pearson Education do Brasil, São Paulo: 2000.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, Maria Amália et alii. Para Compreender a ciência, uma perspectiva histórica. 8ª ed. S. Paulo: EDUC/ Rio de Janeiro. Ed. Espaço e Tempo, 1999.

Mattar, João. Filosofia e ética na Administração. 2ª. Ed Saraiva. 2010.

ROBBINS, Stephen.Comportamento organizacional. Prentice Hall, São Paulo: 2002

Adaptação Pedagógica – 60 horas

Ementa:

Entender o contexto de cidadania no mundo acadêmico e profissional do mercado de trabalho do Século XXI. Avaliar Impactos das mudanças da sociedade nas pessoas. Gerenciar a mudança pessoal. Entender o próprio talento na perspectiva de metodologias comportamentais. Compreender as motivações pessoais e profissionais. Definir ações pessoais de desenvolvimento. Elaborar um plano de desenvolvimento individual. Construir uma visão pessoal positiva e estimulante do futuro. Abordar a questão da integridade pessoal como fundamento do equilíbrio humano. Avaliar o uso e aplicabilidade das metodologias

comportamentais ba gestão da mudança pessoal.

Bibliografia Básica:

MATOS, Jorge & PORTELA, Vânia. Talento Para a Vida: o que fazer para descobrir e potencializar seus talentos e ter uma vida produtiva e prazerosa. Rio de Janeiro: Human Learning, 2001.

TEIXEIRA, Paulo Cesar. Liderança e Gestão de Pessoas nas Organizações: da mão de obra a mente de obra. Espírito Santo: Ex Libris, 2005.

SENGE, Peter. A Quinta Disciplina - Arte, Teoria e Prática da Organização de Aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

Bibliografia Complementar:

CURY, Augusto. O código da inteligência:a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional.. ed. : Thomas Nelson Brasil, 238p.

DRUCKER, Peter F. O Gerente Eficaz. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VAITSMAN, Hélio Santiago, Inteligência empresarial. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

2ª. PERÍODO

Geografia Aplicada ao Turismo – 30 horas

Ementa

Categorias de análise espacial priorizando a questão ambiental e a gestão do território nas suas interfaces com o turismo.

Gestão do território. Território do turismo. Paisagens turísticas. Lugares turísticos. Regiões turísticas. Globalização do turismo. Territorialização e desterritorialização.

Objetivos

Compreender os conceitos e definições geográficas amplamente utilizados no planejamento e na operacionalidade de localidades turísticas.

Analisar o turismo como produtor e consumidor de espaço.

Identificar as características socioambientais dos espaços mais adequados para a sustentabilidade de atividades turísticas.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: Geografia e Turismo
Evolução conceitual
Linhas teórico-metodológicas
Elementos do espaço turístico
Noções de Cartografia e de Geoprocessamento Aplicadas ao Turismo
Unidade 2: Categorias de Análise Espacial
Forma
Função
Estrutura
Processo
Unidade 3: Apropriação do Território pelo Turismo
Turismo urbano
Turismo Rural
Turismo em Unidades de Conservação

Estudos de Casos

Unidade 4: Condições para um Turismo Sustentável
Políticas Públicas e gestão ambiental
Gestão Participativa e desenvolvimento socioambiental
Análise do Programa de Regionalização do Turismo
Análise de Planos Diretores de Turismo

Bibliografia Básica:

RUSCHMANN, D. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, Ed. Papirus, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução a Geografia do Turismo. 2ª ed. São Paulo: Rocca 2003.

CARLETTO, Daniel Souza, GUERRA, Gleice Regina, TRADUTORES. Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo – Uma compilação de boas práticas. São Paulo: Rocca 2004.

Bibliografia Complementar:

BENI, MÁRIO CARLOS. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. A questão ambiental – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RODRIGUES, A. BALASTRERI.Turismo e Ambiente. Reflexões e propostas. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

História das Civilizações - 30 horas-aula

Ementa

As civilizações do Oriente Médio. As culturas clássicas: Grécia e Roma. A Europa Medieval e a construção do mundo Ocidental. A Idade moderna: a Revolução comercial e seus reflexos na política, economia e sociedade do século XIX. Capitalismo industrial: a civilização burguesa. Século XX: a globalização da economia. O Brasil e o Mercosul.

Objetivos

Estimulação e reflexão histórica a partir de uma abordagem social, buscando a compreensão do presente como resultado de um processo histórico.

Entender a importância dos vários períodos da História da Humanidade e suas relações com a História e formação do povo e da cultura brasileira.

Conteúdo Programático e unidades didaticas

UNIDADE 1: Pré-História e História Antiga;
UNIDADE 2: História Clássica: Grécia e Roma;
UNIDADE 3: O fim do Império Romano do Ocidente e a Idade Média;
UNIDADE 4: O Renascimento e a História Moderna;
UNIDADE 5: O Século XIX;
UNIDADE 6: O Século XX;
UNIDADE 7: O Mundo Contemporâneo.

Bibliografia Básica:

GOUCHER, Candice; WALTON, Linda. História Mundial: Jornadas do Passado ao Presente. Porto Alegre: Penso, 2001.

LOWE, Norman. História do Mundo Contemporâneo. Porto Alegre: Penso, 2001

MOTA, Myriam Becho & BRAICK, Patricia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. Moderna. 2ª edição.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos – O breve século XX – 1914 a 1991. São Paulo: Cia. das Letras 1995,.

Bibliografia Complementar

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos – O breve século XX – 1914 a 1991. São Paulo: Cia. das Letras 1995,

HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções – 1789 1848. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1997.

BASCHET, Jérôme. A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América. São Paulo: Globo, 2006

Cálculos Gerenciais Aplicados ao Turismo I 30 horas-aula

Ementa

Matemática Básica para o estudo da Matemática Financeira, Contabilidade e Estatística: Razão, proporção, Regra de três, porcentagem e médias. Conceitos básicos de Matemática Financeira. Operações Comerciais. Operações Financeiras. Sistema de Juros simples. Fluxo de Caixa. Taxas Equivalentes. Taxa Nominal e Efetiva. Descontos de Títulos de Crédito.

Objetivos

Apresentar os conceitos fundamentais da matemática financeira.

Introduzir o estudo da matemática financeira aplicada à gestão empresarial.

Desenvolver habilidades que permitam ao aluno a utilização das informações adquiridas no âmbito profissional.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1 - Conceitos Básicos
- Conceitos básicos da matemática financeira
- Razão, proporção, médias, regra de três
- Porcentagem

Unidade 2 – Capitalização
- Sistema de juros simples
- Sistema de juros compostos

Unidade 3 - Taxas
- Taxa nominal
- Taxa efetiva
- Taxa Equivalente

Unidade 4 – Desconto
- Desconto racional
- Desconto comercial

Unidades 5 – Fluxo de Caixa
Equivalência de fluxos de caixa
Desconto de fluxo de caixa
Unidade 6 – Amortização
Sistema de amortização mista
Sistema Price

Bibliografia Básica:

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira. Rio de Janeiro, ELSEVIER: 2005

CESAR, Benjamin. Matemática Financeira. 8ª. Niterói. IMPETUS: 2010.

ZENTGRAF, Walter. Matemática Financeira – Com emprego de funções e planilhas – Modelo Excel, Rio de Janeiro, Elsevier 2007

Bibliografia Complementar:

GOMES, José Maria e Mathias, Washington Franco. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas 2004

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira. São Paulo, Saraiva 2004

MENDONÇA, Luis Geraldo; BOGGISS,George Joseph. Matemática Financeira. 5ª edição. Rio de janeiro. GETÙLIO VARGAS: 2005

Inglês I 30 horas-aula

Ementa

O uso da Língua Inglesa como instrumento de comunicação, enfatizando a leitura e compreensão de textos, expressões idiomáticas e a aprendizagem de verbos essenciais necessários na área do turismo, objetivando assim propiciar fluência na comunicação, uso correto da mesma em situações cotidianas, habilitando o aluno a compreender vocabulários e expressões específicas na rede de turismo-Hotelaria

Objetivos

Preparar o turismólogo para lidar efetivamente com as habilidades da Língua Inglesa, principalmente as de leitura e comunicação oral;

Prover o Inglês necessário para a comunicação em situações de checking e agendamentos, possibilitando um atendimento adequado a clientes, na medida em que o curso faz uso de textos autênticos, técnicas práticas com o Inglês usado mundialmente;

Conhecer a estrutura básica da Língua Inglesa necessária para interagir de maneiras diversas (hotéis, aeroportos, restaurantes...)

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Conversation(Questions and response),Greetings(review), English Alphabet, Simple Present, Present Continuous, There to be(present tense), Giving directions outside(all prepositions),Habitual and momentary situations, Question tags, adverbs, adjectives, Constructions of dialogues, routines, Pronouns(all kind), past situations(introduction), use of questions words(Wh-question) , use of English as instrument of practical conversation, writing post cards and short dialogues and specific vocabulary.

Bibliografia Básica

THEOBALD, William F. Global Tourism. 2. ed. 1998. 503p. (07 EXEMPLARES)

VINEY, Peter. Basic Survival. International communication for professional people. Oxford; ed Macmillan,1998

CRUZ, D. Inglês para Turismo e Hotelaria. São Paulo: ed. Disal, 2005

EASTWOOD, John. English for Travel. 20ª ed. Oxford University Press, Oxford, 1996.

BIAGGI, Enaura T. Krieck de, STAVALE, Emeri de Biaggi. Enjoy your stay. 1ª ed. São Paulo, Disal 2004.

Bibliografia Complementar:

SANDER,Sidney.TheLandmark dictionary-2 ed-São Paulo. Moderna, 2000

CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário Inglês-Português: turismo, hotelaria e comércio exterior, São Paulo, Aleph, 1998.

Teoria Geral do Turismo II 60 horas-aula

Ementa

Conceituação de Planejamento e Organização. Fundamentos da Teoria de Sistema. SISTUR (Sistema de Turismo). SISTUR Institucional. SISTUR Operacional. Produto Turístico. Mercado turístico.

Objetivos

Saber a importância do planejamento.
Conhecer a teoria de sistema.
Proporcionar conhecimentos sobre o SISTUR.
Estabelecer a diferença entre oferta e demanda turística.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1 Conceito de planejamento
UNIDADE 2 Fundamentos da teoria de sistema
UNIDADE 3 Conceito de SISTUR
UNIDADE 4 SISTUR institucional
UNIDADE 5 SISTUR operacional
UNIDADE 6 Produto turístico
UNIDADE 7 Mercado turístico

Bibliografia Básica

SANCHO, Amparo (org.). Introdução ao turismo. OMT: São Paulo: Corner, 2001.

BENI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo. SP. Ed. SENAC. 1998

ANDRADE,José Vicente de. Turismo Fundamentos e Dimensões. São Paulo Ática. 2004

Bibliografia Complementar:

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e Planejamento Sustentável. 4ª.ed. São Paulo:

Papirus, 1999
PETROCCI, Mario. Gestão de Pólos Turísticos, São Paulo: FUTURA. 2001
IGNARRA, Luiz Renato, Fundamentos do Turismo. 2ª ed. São Paulo: PioneiraThomson Learning, São Paulo, 2003.

Técnicas de Comunicação Aplicadas ao Turismo 30 horas-aula

Ementa

Bases conceituais: Teoria e Técnicas de Comunicação. Evolução dos Meios de Comunicação. Modelo do Processo de Comunicação.

Desenvolver a cultura da gestão da informação para otimizar os processos pertinentes às atividades turísticas.

A disciplina objetiva mostrar as potencialidades das Técnicas de Comunicação Social como suporte nas atividades do Turismólogo.

Objetivos

Introduzir conceitos e técnicas de comunicação para que os futuros turismólogos utilizem corretamente essa ferramenta, para incrementar e dinamizar suas atividades com o turismo.

Oferecer mecanismos para a compreensão dos principais conceitos de comunicação, considerando sua relevância no mercado de lazer, entretenimento e turismo.

Mostrar a importância da comunicação na relação turismo, tecnologia, ética e meios de comunicação como perspectivas profissionais.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Conceito de comunicação

UNIDADE 2: Integrantes do Processo da Comunicação Humana.

UNIDADE 3: A Comunicação como suporte para os turismólogos: Língua, Fala, Linguagem e Comunicação.

UNIDADE 4: Ruídos na Mensagem.

UNIDADE 5: Ética e Comunicação.

UNIDADE 6: Comunicação ética e formação da imagem.

UNIDADE 7: A Comunicação no Turismo: Divulgação (jornal - lead, reportagem, notícia, matéria, artigo, crônica).

UNIDADE 8: “O Poder da Informação e da Comunicação”.

UNIDADE 9: Comunicação de Massa; Funções da Comunicação de Massa; Influência dos Meios de Comunicação de Massa.

UNIDADE 10: Cultura de Massa.

UNIDADE 11: O Poder da Comunicação: palavra; tom de voz; postura corporal; A Comunicação do Corpo.

UNIDADE 12: Público, opinião pública, clientes.

UNIDADE13: Comunicação institucional, comunicação interna e externa, rede de informação de uma empresa.

UNIDDE 14: Conceitos e diferenças: Publicidade e Propaganda. A propaganda na atividade turística.

UNIDADE 15: A Comunicação nas atividades turísticas.

UNIDADE 16: A Comunicação e o Turismo.

Bibliografia Básica

BRETON, Philippe. A Manipulação da Palavra. São Paulo: Edições Loyola.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de Comunicação. São Paulo: Editora Ática.

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 21ª ed. São Paulo, Ática, 2005.

Bibliografia Complementar

RECTOR, Mônica e TRINTA, Aluízio Ramos. Comunicação do Corpo. São Paulo. Editora Ática.

CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. São Paulo. Editora Ática.

BAHIA, Juarez. Introdução à Comunicação Empresarial. Rio de Janeiro. Mauad.

3º PERÍODO

Metodologia da Pesquisa Científica 30 horas-aula

Ementa

Fundamentos da metodologia científica. Tipos de conhecimento. O método científico. Métodos e técnicas de pesquisa. O papel da ciência. A atitude científica e a escrita acadêmica. O processo de leitura. A pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa científica aplicada à área de Turismo. A pesquisa na internet. Relatórios de pesquisa. Trabalhos acadêmicos: tipos, características, composição estrutural e referências bibliográficas

Objetivos

Informar o aluno acerca da realidade acadêmica, para que ele seja capaz de avaliar a importância e a necessidade da aplicação do instrumental científico e metodológico básico que permita o eficaz desempenho acadêmico e profissional.

Instrumentalizar metodologicamente o aluno.

Habilitar o aluno a elaborar trabalhos acadêmicos em linguagem científica.

Capacitar o aluno do curso de Turismo a trilhar os caminhos da produção de conhecimento na sua área de formação, a fim de atuar como agente social mobilizado para a gestão turística.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Introdução à Metodologia Científica

1. Importância, finalidade, método utilizado, programa e referencial teórico da disciplina.

2. A construção do conhecimento

Tipos de conhecimento.

O conhecimento científico: base histórica, filosófica e epistemológica.

Paradigma conceituação e contexto atual. A relação sujeito-objeto.

O método científico. O discurso da Ciência. Métodos e técnicas de pesquisa.

3. A produção de conhecimento

O que são conceitos. Conceitos básicos sobre a Ciência.

O uso de métodos na área de Turismo: definição da OMT.

A ciência e a pesquisa. A relação teoria-prática. Problemas éticos e ideológicos. Tendências, juízos de valor, “verdades científicas”. A neutralidade possível. A atitude científica e a escrita acadêmica. A postura crítica, investigativa e humanística.

UNIDADE 2: As técnicas de iniciação científica e a pesquisa científica

a) As técnicas de iniciação científica

O processo de leitura

Espécies, identificação e objetivos.

A relação com o texto. A análise do texto e a informação. O entendimento dos significados. Traições no ato de ler. O uso do dicionário. O hábito da leitura.

Técnicas de leitura e seus procedimentos.

Fichamento, resumo e resenha.

b) A pesquisa científica

Conceito, finalidade e tipos.

A pesquisa aplicada ao Turismo.

Pesquisa quantitativa e qualitativa.

Preparação e fases da pesquisa.

Pesquisas em fontes primárias e secundárias.

A pesquisa na Internet.

Relatórios de pesquisa

UNIDDAE 3: Trabalhos acadêmicos

Trabalhos acadêmicos e publicações periódicas

Tipos, características e composição estrutural.

Comunicação científica, resenha, painéis/posters, artigos/papers. Técnicas de seminário.

Monografia, dissertação e tese – definição.

Apresentação gráfica (NBR 14724/ABNT).

Referências bibliográficas (NBR 6023/ABNT)

Bibliografia Básica

BARROS, Aidil Jesus da Silveira, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. Ação cultural para a liberdade.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

REJOWSKI, Mirian. Turismo e pesquisa científica.São Paulo: Papirus, 1999.

PEREZ, Amparo Sancho. Introdução a metodologia da pesquisa em turismo. São Paulo: Rocca, 2005.

Cálculos Gerenciais Aplicados ao Turismo II 30 horas-aula

Ementa

Introdução aos Cálculos Financeiros. Origem da Contabilidade. A Contabilidade na Administração das Empresas. Contabilidade como Instrumento Gerencial. Aplicação dos Conhecimentos da Ciência e da Técnica Contábil voltados à Estrutura de Balanços e do Conjunto de Demonstrativos Contábeis. Uso da Informação Contábil pela Administração. Patrimônio das Empresas. Conceitos Básicos. Formação do Patrimônio das Empresas. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Objetivos

Apresentar ao aluno os conhecimentos da Ciência e da Teoria contábil.

Estimular o interesse pela leitura das demonstrações contábeis como fonte de Informação sobre o universo das empresas.

Desenvolver habilidades para o uso das informações contábeis como instrumento Gerencial.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1 – Conceitos
- Origem da contabilidade
- Contabilidade e a administração de empresas
- Contabilidade como instrumento gerencial

Unidade 2 – Patrimônio das Empresas
- Ativo
- Passivo
- Patrimônio líquido
- Variações patrimoniais

Unidade 3 – Estrutura das Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Unidade 4 – Aplicações
- Principais indicadores de desempenho financeiro
- Fluxo de Caixa
- Orçamento

Bibliografia Básica

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 27ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial. 6ª Ed. Atlas, 2010

Bibliografia Complementar

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade comercial fácil. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009
SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. História da Contabilidade – foco na evolução das escolas do pensamento contábil. São Paulo: Atlas, 2008.

Filosofia Aplicada ao Turismo 30 horas-aula

Ementa

A Filosofia: conceito, ramos e evolução. As diversas correntes da filosofia: teológicas e seculares, ocidentais e orientais. A ética como reflexão filosófica. Ética aplicada ao turismo.

Objetivos

Desenvolver no discente o exercício lógico-reflexivo;
Aplicar a filosofia e a ética ao cotidiano como norma básica de toda atividade profissional e particularmente da atividade turística.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Introdução à Filosofia
UNIDADE 2: História da Filosofia
UNIDADE 3: Ética & Filosofia
UNIDADE 4: Ética & Turismo

Bibliografia Básica:

GILES, Thomas R. Curso de Iniciação à Filosofia. S. Paulo, EPU, 1997.
NUNES, César. Aprendendo Filosofia. Campinas, Papirus, 1995.
Giles, Thomas Ranson. Ramos Fundamentais da Filosofia: lógica, teoria do conhecimento e ética política. São Paulo: Editora EPU, 1995.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, M. L., MARTINS, M. H. Filosofando: Introdução à Filosofia. S. Paulo: Editora Moderna, 2003.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. S. Paulo, Ática, 1994.
AGUILAR, F. J. A Ética nas empresas: maximizando resultados através de uma conduta ética nos negócios. R. de Janeiro, Zahar, 1996.

Inglês II 30 horas-aula

Ementa

Técnicas básicas para compreensão da língua inglesa em registros variados. Sistematização e prática de estruturas lingüísticas de maior freqüência, tais como:
Verbos modais para obrigação, necessidade e proibição.
‘Can I e Could I’ para a realização de pedidos.
Formas interrogativas, vocabulário sobre profissões dentro da indústria hoteleira e verbos de ação.
Vocabulário sobre destinos de viagem com revisão de Presente Simples e Presente Contínuo.
Vocabulário para se falar de clima, transporte e entretenimento.

Comparativo e apresentação do ‘Causative Form’ com ‘get’ e ‘ have’.

Vocabulário específico para a descrição de hotéis, assim como tópicos de coesão e coerência necessários para a produção textual.

Present Perfect’ e ‘Past Simple’.

Adjetivos com terminações em –ed e –ing e artigos definido e indefinido.

Expressões de polidez para lidar com situações onde há reclamações por parte de hóspedes.

Objetivos

Preparar o turismólogo para que ele saiba se comunicar apropriadamente em situações típicas do ramo de turismo e hotelaria;

Preparar o turismólogo de modo que ele saiba se expressar apropriadamente usando as quatro habilidades da língua, ou seja, a fala, a audição, a escrita e a leitura.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Conversation (Questions and response),Greetings(review),Simple present(review) Simple Past(review) Future Tense, Present Perfect Tense, Question tags, adverbs, adjectives, Constructions of dialogues, routines, past situations, use of questions words , use of English as instrument of practical conversation, short dialogues and specific vocabulary.

Bibliografia Básica:

THEOBALD, William F. Global Tourism. 2. ed. 1998. 503p. (07 EXEMPLARES)

VINEY, Peter. Basic Survival. International communication for professional people. Oxford; ed Macmillan,1998

CRUZ, D. Inglês para Turismo e Hotelaria. São Paulo: ed. Disal, 2005

EASTWOOD, John. English for Travel. 20ª ed. Oxford University Press, Oxford, 1996.

BIAGGI, Enaura T. Krieck de, STAVALE, Emeri de Biaggi. Enjoy your stay. 1ª ed. Disal, São Paulo, 2004.

Bibliografia Complementar:

SANDER,Sidney.TheLandmark dictionary-2 ed-São Paulo. Moderna, 2000

CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário Inglês-Português: turismo, hotelaria e comércio exterior, São Paulo, Aleph, 1998.

Planejamento e Organização do Turismo 60 horas-aula

Ementa

Visão conceitual do sistema turístico. Planejamento: princípios básicos, dimensões e classificações. Planejamento turístico: fases e processo. Planejamento sustentável e turismo de base local. Organizações internacionais de fomento ao planejamento do turismo. Inventário da Oferta e Demanda Turística.

Objetivos

Entender os conceitos e elementos básicos do desenvolvimento e do planejamento turístico;

Compreender a necessidade de um desenvolvimento sustentável para manter a competitividade em longo prazo

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

unidade 1: sistema turístico
unidade 2: planejamento
unidade 3: planejamento turístico
unidade 4: organizações internacionais
unidade 5: inventário turístico

Bibliografia Básica:

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação. São Paulo: Futura, 1999.

PETROCCHI, Mário. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001.

BOULLÓN, Roberto C. Planificacion Del espacio turístico. 1ª Ed. México, Trilha, 1999

Bibliografia Complementar:

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. Traduzido por Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. Traduzido por Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001. (

MOLINA, Sérgio e RODRÍGUEZ, Sergio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina. Traduzido por Carlos Valero. Bauro, SP: EDUSC, 2001.

História do Brasil 60 horas-aula

Ementa

A construção do conhecimento histórico: objeto e métodos. História e Turismo. Brasil até 1500. Brasil e Portugal: o encontro. Implantação da Colonização. O sistema colonial. Sociedade e Cultura Coloniais. Estratificação social e estrutura de poder. Conflitos coloniais: a crise do sistema colonial. A Corte no Brasil. O processo de independência. De reino a império. O Primeiro Império. O Período regencial. O Segundo Império. A República Velha. O Estado Populista. A crise do populismo. O golpe militar de 1964. O regime militar. A redemocratização e neoliberalismo. Atrativos Históricos.

Objetivos

Incentivar o diálogo entre a História e o Turismo, refletindo sobre as relações de poder no processo de construção da memória.

Entender os processos de construção do Estado Nacional e da Nação, incluindo diferentes segmentos sociais, múltiplas identidades e tradições culturais.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1. Brasil pré-cabralino e “descobrimento”.
UNIDADE 2. Brasil colonial.

UNIDADE 3. Da corte portuguesa no Brasil ao processo de independência.
UNIDADE 4. Primeiro império e período das Regências.
UNIDADE 5. Segundo Império.
UNIDADE 6. Da República Velha à Revolução de 1930.
UNIDADE 7. Do período Vargas ao Golpe Militar de 1964.
UNIDADE 8. Redemocratização do Brasil.
UNIDADE 9. Contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Planeta, 2010.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

PRADO JÙNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Bibliografia Complementar:

MAESTRI, Mário. Uma História do Brasil: Império. São Paulo: Contexto, 2002

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2006. (?)

Relações Interpessoais nas Organizações 60 horas-aula

Ementa

Estudo sobre as relações de trabalho na conjuntura mundial atual. A formação do Ser Social. Tópicos sobre relações interpessoais de trabalho a partir da lógica da Psicologia Organizacional, enfatizando a importância da comunicação, da formação de equipes, de um ambiente de trabalho saudável e dos fatores motivadores do trabalho. Tópicos sobre as relações interpessoais no trabalho de “chão de fábrica”. O Forum Nacional do Trabalho e as relações interpessoais entre suas três bancadas: bancada de empregadores, bancada do governo e bancada do trabalhador.

Objetivos

Compreender a influência da conjuntura mundial atual nas relações interpessoais nas organizações.

Entender a formação do ser social a partir das relações com o outro e com o meio ambiente.

Compreender conceitos básicos de paradigmas da Psicologia organizacional que fazem parte da formação do gerente, bem como compreender a aplicabilidade desses no ambiente organizacional quanto a comunicação, a formação de equipes, ao ambiente de trabalho e aos fatores motivadores do trabalho.

Assimilar a formação das relações interpessoais entre grupos de trabalhadores, entre trabalhadores e empregadores e entre trabalhadores, empregadores e governo.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: A conjuntura mundial atual das relações de trabalho em que estamos inseridos: Globalização, organização do trabalho no século XX e a formação do ser social.

Unidade 2: Relações interpessoais de trabalho sob a ótica do emprego da psicologia organizacional: a importância da comunicação, a formação de equipes, a organização de um ambiente de trabalho saudável, a estruturação e aplicabilidade de fatores motivadores do trabalho.

Unidade 3: As relações interpessoais no ambiente de trabalho de “chão de fábrica”: estudo sobre a formação das relações nas organizações.

Unidade 4: O FNT _ Fórum Nacional do Trabalho: As relações interpessoais em suas três bancadas.

Unidade 5: Reflexões teóricas sobre a articulação das unidades didáticas anteriores, focando as relações interpessoais nas organizações.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

DINIZ, Eli. Globalização. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007

LANE, Silvia T. Mauer. O que é Psicologia Social? . São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de, NETO, Sydenham Lourenço. Estado, Hegemonia e Luta de Classe: interesses organizados no Brasil recente. São Paulo: Canal 6, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. A Organização do Trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

4º PERÍODO

Sociologia Aplicada ao Turismo 30 horas-aula

Ementa

Sociologia e sociedade: conceitos e questões. As estruturas materiais, mentais e os processos de mudança social. A sociologia do lazer.

Objetivos

Levar o discente a apreender as noções básicas da sociologia e sua aplicabilidade ao cotidiano;

Relacionar a importância dessa aplicabilidade com a organização da atividade

turística.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: Sociologia e Turismo;
Unidade 2: Sociologia, Mídia e Turismo;
Unidade 3: Sociologia e Lazer na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro. Sociologia Aplicada ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2002.
PAIVA, Maria das M. V. Sociologia do Turismo. Campinas: Papirus, 1995.
WEBER, Max. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Centauro, 2005.

Bibliografia Complementar:

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. S. Paulo, Aleph, 2003.
GRAFMEYER, Yves. Sociologia Urbana. Portugal: Europa-América, 1997.
LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1996.

Gestão em Hospedagem I 60 horas-aula

Ementa

Evolução histórica dos meios de hospedagem; Tipologia dos meios de hospedagem e de alojamento; Serviços, estrutura e organização dos hotéis; Organogramas de unidades hoteleiras de pequena, média e grande dimensão;; Importância da hotelaria na estrutura do Turismo; Estudo dos elementos concernentes à permanência e estada do turista. Terminologia hoteleira internacional.

Objetivos

Cientificar o acadêmico da fundamentação histórica dos meios de hospedagem.
Apresentar os desdobramentos de um organograma hoteleiro
Instruir sobre classificação hoteleira e unidades habitacionais

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Primeiras hospedarias (origens, objetivos, conceitos e definições); hotéis de luxo; Segunda Grande Guerra; Hotéis familiares e grandes hotéis; hotelaria nacional;
UNIDADE 2: Regulamento dos meios de hospedagem; Matriz de classificação hoteleira; Manual de avaliação;
UNIDADE 3: Tipos e categorias de meios de hospedagem; tipos e categorias de unidades habitacionais; Organograma funcional; desdobramento setorial;
UNIDADE 4: Empresa hoteleira; meio de hospedagem; unidade habitacional;
UNIDADE 5: Meios de sustentação do turismo; Hotel: ponto de convergência de hospitalidade;
UNIDADE 6: Imagem: definição do produto, preço e qualidade no atendimento; qualidade de produtos e serviços;
UNIDADE 7: Hotelaria internacional; desenvolvimento das redes no Brasil;

administradoras internacionais.

Bibliografia Básica:

CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2003

ANDRADE, Nelson e outros. Hotel: planejamento e projeto. São Paulo: Senac, 2002

CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal; Gonçalves, Maria Helena Barreto. Introdução a turismo e hotelaria.Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Vladir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos. São Paulo: SENAC, 1996.

LINZMAYER, Eduardo. Guia básico para administração da manutenção hoteleira. São Paulo: Senac, 1994.

Lei Geral de Turismo. Ministério do Turismo. 2008

Espanhol I 60 horas-aula

Ementa

Noções de Multiculturalismo; valores culturais hispânicos; panorama da língua espanhola no mundo;

Estudo da língua espanhola, levando em conta o contraste português/espanhol; trabalho com as quatro destrezas da língua estrangeira, com ênfase na leitura e produção de textos relacionados com o mundo do Turismo e expressão oral.

Noções de fonologia; uso formal da língua; gramática básica do espanhol; vocabulário específico de situações relacionadas ao Turismo.

Objetivos

Motivar o aluno para o aprendizado da língua espanhola
Levar ao conhecimento das variáveis e especificidades da língua
Capacitar para a utilização da língua na atividade turística

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1 Léxico:
Abecedário.
Países e gentílicos.
Dados pessoais.
Profissões.
O aeroporto e o avião.
A documentação.
Números cardinais e ordinais.
Dias da semana e meses do ano.
Ligações telefônicas.
Tipos de hospedagens e regimes de estadia.
Alimentos e bebidas de cafeteria.
Meios de pagamento.
A cidade e atrações.
O aeroporto.

O hotel.
Dependências, móveis e objetos de hotéis.
Vocabulário telefônico
Alimentos e pratos de restaurantes.
UNIDADE 2 Funções comunicativas:
Cumprimentar e despedir-se formalmente.
Estruturas para usar em embarques e voos.
Informar datas, horas e horários.
Dar informação sobre aeroportos.
Expressar obrigação.
Compreender e preencher formulários.
Soletrar palavras.
Fazer reservas e registros em hotéis.
Dar informações sobre alimentos e bebidas em cafeterias.
Anotar pedidos
Expressar e perguntar por gostos e preferências.
Preparar um cardápio de pratos brasileiros.
Informar e pedir endereços.
Fazer reservas em agências de viagem.
Usar orações básicas que expressem proibição.
Falar de atrações.
Dar informações sobre dependências de um hotel.
Organizar um evento.
Dar direções.
Falar ao telefone, deixar e anotar recados.
Dar sugestões em restaurantes.
Dar informações sobre pratos.
Falar de profissões.
UNIDADE 3 Gramática:
Artigos, contrações e regras de eufonia.
Pronomes pessoais “sujeto”.
Formalidade e informalidade, com ênfase na formalidade.
Verbos regulares no Presente do Indicativo.
Verbos irregulares no Presente do Indicativo.
Verbos reflexivos.
Muy / Mucho e suas variantes.
Pronomes e adjetivos possessivos.
Pronomes demonstrativos.
Verbo GUSTAR, ENCANTAR.
Comparativos.
Pronomes indefinidos.
Perífrase de futuro.
UNIDADE 4 Aspectos culturais:
Multiculturalismo.
Diversidade cultural espanhola.
Tauromaquia
Gastronomia.
Principais festividades.
Diversidade cultural hispano-americana.
“Hispanidad”

Os povos da América

Bibliografia Básica:

MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para brasileiros. 1ª Edição. SP: Saraiva, 1999.

PARAQUETT, Marcia. Lectura y cultura hispanoamericana. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2006.

_____. Lectura y cultura española. Rio de Janeiro:Waldyr Lima Editora, 2005.

TABARES, Fabio Cárdenas. Producto Turístico: Aplicación de la Estadistica y del muestreo para su diseño. 2ª ed. México: Trillas, 1986.

Boullón, Roberto C. Las Actividades Turísticas y Recreacionales – el hombre como protagonista. 3ª ed. México: Trillas, 1990.

Bibliografia Complementar:

HERMOSO, Alfredo González. Conjugar es fácil. Madrid: Edelsa, 1996.

PALOMINO, Maria Ángeles. Primer Plano. Madrid: Edelsa, 2000. (5 EXEMP.)

LAROUSSE/ÁTICA. Dicionário básico: espanhol-português / português-espanhol. SP: Ática, 2001.

Sistema de Transportes Turísticos 60 horas-aula

Ementa

História e evolução dos transportes e inter-relação com a atividade turística. Tipos e modais de transporte no Brasil e no Mundo e aproveitamento turístico. Marketing em transportes turísticos. Planejamento e gerenciamento da mobilidade e intermodalidade nos fluxos turísticos.

Objetivos

Entender que o desenvolvimento turístico não poderia existir sem o transporte;

Identificar o transporte como um sistema de serviços, mais que como um meio isolado para deslocamento;

Conhecer as características fundamentais de cada meio de transporte;

Ser consciente dos elementos que configuram as tendências atuais do transporte no turismo.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

unidade 1: SISTEMA DE TRANSPORTE
unidade 2: RELAÇÃO ENTRE TRANSPORTE E TURISMO
unidade 3: TRANSPORTE AÉREO
unidade 4: TRANSPORTE RODOVIÁRIO
unidade 5: TRANSPORTE AQUAVIÁRIO
unidade 6: TRANSPORTE FERROVIÁRIo

Bibliografia Básica

PAGE, Stephen. Transporte e turismo. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PALHARES, Guilherme. Transportes turísticos. São Paulo: Aleph, 2002.

TORRE, Francisco de La. Sistemas de transporte turístico. São Paulo: Roca

2002.

Bibliografia Complementar:

BENI, Mario Carlos. Analise Estrutural do Turismo. 9ª Ed. São Paulo, SENAC, 2003

OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

(LICKORISH) LICKRISH e JENKINS. Introdução ao turismo. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Planejamento Regional e Local do Turismo 60 horas-aula

Ementa

Globalização e conceito de lugar. Desenvolvimento local. Comunidade local e participação. Programa Nacional de Municipalização. Programa Nacional de Regionalização. Diretrizes, Estratégias e Operacionalização dos Planos Municipal e Regional de Turismo

Objetivos

Compreender o processo de globalização e suas influências no turismo

Apreender sobre as possibilidades de empreender desenvolvimento local através da atividade turística

Compreender a importância da participação da comunidade local no processo de planejamento e perceber formas de estimular a adoção deste procedimento metodológico

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1 - Desenvolvimento global e planejamento local

Unidade 2 – Municipalização e Regionalização

Unidade 3 – Planejamento Regional e Local

Bibliografia Básica:

PETROCCHI, Mário. “Turismo, planejamento e gestão”. 2ª edição. São Paulo, Futura, 1999.

RUSHMANN, Doris van de M. “Turismo e Planejamento Sustentável – a proteção do meio ambiente”. Campinas, Papirus, 5ª edição, 1999.

BENI, Mario Carlos. Analise Estrutural do Turismo. 9ª Ed. São Paulo, SENAC, 2003

Bibliografia Complementar:

BISSOLI, Maria Ângela M. A. “Planejamento turístico Municipal com suporte em sistemas de informação”. São Paulo, Futura, 1999.

MOLINA, E. Sérgio. “Plano diretor de turismo”. Material específico do PNMT e do PRT.

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. Traduzido por Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001. (04 EXEMPLARES)

História da Arte 30 horas-aula

Ementa

Estudo da Arte e Arquitetura no Brasil, do período colonial ao século XXI e sua relação com as influências da arte e arquitetura ocidental e oriental dentro do contexto cultural brasileiro.

Objetivos

Destacar a importância das manifestações do fenômeno artístico no Brasil, a partir de sua contextualização histórica.

Relacionar os períodos da História da Arte com o Patrimônio Histórico e Cultural e sua importância para o Turismo no Brasil.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Arte colonial: Maneirismo, Barroco e Rococó;
UNIDADE 2: Brasil Holandês;
UNIDADE 3: Do Neoclassicismo ao Eclético;
UNIDADE 4: Art-nouveau e Modernismo;
UNIDADE 5: Arte Contemporânea;
UNIDADE 6: Arte popular brasileira;

Bibliografia Básica

PRETTE, Maria Carla. Para Entender a Arte: História, Linguagem, Época e Estilo. São Paulo: Globo, 2008

PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2008

MASON, Antony. História da Arte Ocidental: Da Pré-História ao Século XXI. São Paulo: Riedeel, 2009

Bibliografia Complementar

DUCHER, Robert. Características dos Estilos. São Paulo: Martins Fontes, 2001

POZENATO, Kenia; GAUER, Mauriem. Introdução à História da Arte Ilustrada.

Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001

Estágio Supervisionado I 60 horas-aula

Ementa

Aplicação de conhecimentos teóricos em práticas desenvolvidas. Levantamento das atividades realizadas. Apresentação das normas de estágio. Orientação sobre os aspectos legais do estágio.

Objetivos

Organizar carga horária realizada.
Torná-lo ciente das normas de estágio.
Orientá-lo sobre a realização do estágio.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Atendimento semanal

Bibliografia Básica

Legislação Federal Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008

Normas de estágio do curso de Turismo

BISSOLI, Maria Marques Ambrizi. Estágio em Turismo e Hotelaria. São Paulo. Aleph. 2002

Bibliografia Complementar

Normas de estágio da FAP.

Periódicos

5º PERÍODO

Espanhol II 30 horas-aula

Ementa

Estruturas básicas da Língua Espanhola; estudo da língua espanhola, privilegiando as estruturas lexicais e morfossintáticas divergentes em relação ao português. Noções de fonologia, expressão oral e escrita.

Variações lingüísticas; pronomes possessivos; verbos no pretérito e futuro do indicativo (regulares e irregulares); vocabulário específico de situações que se relacionem com turismo; compreensão leitora e textual; valores culturais hispânicos.

Objetivos

Valorizar o conhecimento da língua e culturas hispânicas como objetos necessários para uma boa formação de um profissional de Turismo.

Utilizar as habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

Reconhecer estruturas gramaticais e relacioná-las ao contexto de uso do turismólogo.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Formas de comunicação
UNIDADE 2: Alimentos
UNIDADE 3: Cidade
UNIDADE 4: Meios de Comunicação
UNIDADE 5: Esportes
UNIDADE 6: Verbo: Futuro
UNIDADE 7: Pretérito Compuesto
UNIDADE 8: Pretérito Simple
UNIDADE 9: Interpretação textual
UNIDADE 10: Técnicas de tradução
UNIDADE 11: Pronomes Possessivos
UNIDADE 12: Meio Ambiente
UNIDADE 13: Diversão e Ócio

Bibliografia básica:

AGUIRRE BELTRÁN, Blanca. El español por profesiones: Servicios turísticos. Madrid: SGEL, 1999.

HERMOSO, Alfredo González. Conjugar es fácil. Madrid: Edelsa, 1996. (6

MEXEP.

LAROUSSE/ÁTICA. Dicionário básico. espanhol- português/português-espanhol. São Paulo: Larousse/Ática, 2001.

SARMIENTO, Ramón. SANCHEZ, Aquilino. Gramática básica del español. Madrid: SGEL, 1995

Patrimônio Cultural 30 horas-aula

Ementa

Cultura e identidade. Patrimônio Cultural (Material e Imaterial). Políticas de proteção e preservação do patrimônio cultural no Brasil. Conceitos de tombamento de bens culturais. Os museus, centros culturais, bibliotecas e arquivos públicos e sua função social. Relações entre memória social, patrimônio e turismo

Objetivos

Favorecer o entendimento das relações entre o patrimônio cultural e atividade turística. Compreender e subordinar a oferta turística e o consumo de atrativos culturais ligados ao patrimônio nacional, às normas e procedimentos indispensáveis à sua conservação. Formar o profissional de turismo consciente da sua importância como agente social atuando na preservação do patrimônio. Desenvolver a percepção sobre o patrimônio cultural no sentido de torná-lo um produto turístico, por meio de ações embasadas nos princípios de ética, cidadania e levando em conta as diversidades culturais.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Patrimônio cultural material e imaterial.

UNIDADE 2: Conceitos de cultura, cultura erudita, cultura popular, diversidade cultural e memória social.

UNIDADE 3: Política de preservação de bens culturais no Brasil e o alinhamento com as normas da UNESCO.

UNIDADE 4: Política e Legislação de tombamento (IPHAN). Instituições culturais de preservação da cultura material e imaterial (museus, arquivos, bibliotecas...), suas tipologias, função social e demanda turística.

UNIDADE 5: Interpretação e conservação do patrimônio cultural e o turismo sustentável.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico e cultural. São Paulo, SP: Aleph, 2002. 103p. (Coleção ABC do Turismo)

(FUNARI)FUNARY, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002. 203p. (Coleção Turismo Contexto)

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora 2003. 320p.

Bibliografia Complementar:

Ed. UFRJ; Minc - Iphan, 2005. 296p. MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). Interpretar o Patrimônio: Um exercício do olhar. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Território Brasilis, 2002

Lazer e Entretenimento 60 horas-aula

Ementa

Sociologia do Lazer. A importância do lazer na vida cotidiana. Ocorrência histórica no Brasil e no mundo. Pedagogia do lazer. Diversas formas de lazer. Formação e atuação profissional.

Objetivos

Propiciar aos alunos uma visão abrangente das ciências do Lazer, familiarizando-o com a dinâmica sócio-econômica e cultural que produziu o moderno fenômeno das viagens de massa e o desenvolvimento da indústria do entretenimento.

Proporcionar embasamento epistemológico do Lazer e do Entretenimento.

Fornecer ao aluno de turismo uma visão crítica, reflexiva e criativa, auxiliando na compreensão da amplitude do seu futuro campo de trabalho

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Teoria do Lazer
UNIDADE 2: Sociedade do lazer.
UNIDADE 3: Técnicas de animação
UNIDADE 4: Lazer e educação
UNIDADE 5: Gestão do Lazer e Entretenimento

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Luiz O. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GOMES, Christianne Luce (Org.) Dicionário crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer: formação e atuação profissional. Campinas- SP: Papirus: 1995

Bibliografia Complementar:

CAVALLARI, Vânia Maria. Recreação em Ação. São Paulo: Icone, 2006.

De MAIS,Domenico. Ócio criativo. Tradução de Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

Tecnologia da Informação Aplicada ao Turismo 30 horas-aula

Ementa

Introdução a Tecnologia da Informação; Introdução aos Sistemas Operacionais. Estudo de Planilha Eletrônica e processador de textos; Sistemas de processamento eletrônico de apoio às empresas turísticas; Tecnologia da informação na indústria turística; Técnicas de acesso à Internet com possibilidades de visitas virtuais, pesquisas de ofertas turísticas em nível regional e mundial; Turismo virtual; Aplicação de recursos de informática ao turismo; Introdução a Sistemas de Informações; Sistemas de distribuição de informações turísticas; Aplicações do mercado turístico junto à tecnologia da informação, turismo e o futuro.

Objetivos

Levar o aluno a conhecer os princípios fundamentais da tecnologia da informação no turismo.

Dar suporte para uma aplicação bem sucedida no uso da tecnologia da informação no turismo

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: Informática e turismo
Conceituação de informática relacionada ao turismo
Relação entre informática e turismo
Desaparecimento das agencias convencionais
O novo paradigma das agencias de viagens: a globalização
Unidade 2: Introdução a tecnologia da informação
Conceitos básicos de informática
Principais sistemas operacionais
Editores de texto
Planilhas eletrônicas
Softwares de apresentações
Editores de imagem e fotos
Unidade 3: Tecnologia da informação nas agencias de viagens
Front-Office, Back-offic e CRM
Comercio eletrônico
Turismo eletrônico
Pacotes on-line
Unidade 4: Estrutura dos sistemas de e-business na agencia
Quais são os sistemas que cada agencia realmente precisa
Pesquisa e seleção da tecnologia mais adequada
Implementação de sistemas
Perspectivas para as agencias de viagens

Bibliografia Básica:

MARIN, A. Tecnologia da informação nas agencias de viagens. São Paulo Aleph,2004

MATOSO, J.M.; Guerreiro. A informática na hotelaria e turismo. Portugal: Plátano,1997

GREC, W. Informática para todos. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

GALANTE, T. P., LÁZARO, S. P. Inglês básico para informática. São Paulo: Atlas, 1998

PEREIRA, J. A ., LATUFO, V. Aprendendo informática. São Paulo: Makron Books, 1995.

Gestão em Hospedagem II 30 horas-aula

Ementa

Atividades práticas de hospedagem nas áreas de recepção, governança, reservas e telefonia.

Objetivos

Dar ao aluno a possibilidade de vivência no dia a dia de um meio de hospedagem.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Visitas técnicas
UNIDADE 2: Simulação de caso
UNIDADE 3: Estudo de caso

Bibliografia Básica:

CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2003

ANDRADE, Nelson e outros. Hotel: planejamento e projeto. São Paulo: Senac, 2002

CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal; Gonçalves, Maria Helena Barreto. Introdução a turismo e hotelaria.Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

Bibliografia Complementar:

PETROCCHI, Mario. Hotelaria, planejamento e gestão. 3ª ed. São Paulo: São Paulo, 2002.

LINZMAYER, Eduardo. Guia básico para administração da manutenção hoteleira. São Paulo: Senac, 1994.

Lei Geral de Turismo. Ministério do Turismo. 2008

Gestão de Agências e Operadoras de Viagem I 60 horas-aula

Ementa

Surgimento das Agências de Viagens, definição e sua importância. Diferença entre uma Agência de Viagens e uma Agência de Viagens e Turismo. Tipologia. Legalização de uma Agência de Viagem. Normativa 161 da Embratur. Organograma de uma Agência de Viagens e seus principais mercados. As Agências de Viagens e o mercado atual. Qualidade no atendimento. Código de Ética do Agente de Viagens. Documentos e formulários que tramitam em uma Agência de Viagens. Outros serviços (locação de veículos, cruzeiros marítimos, passes ferroviários, hotel, seguro viagem).

Objetivos

Qualificar e capacitar os alunos de acordo com o mercado turístico e conforme o perfil das Agências de Viagens,

Instrumentalizar para o estabelecimento de um relacionamento interpessoal efetivo com o cliente, de modo a torná-lo satisfeito no contato profissional.

Demonstrar conhecimento técnico no cotidiano da atividade.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: As Agências de Viagens e o seu posicionamento na atividade turística.

Unidade 2: Legalização de uma Agência de Viagem

Unidade 3: As Agências de Viagens e o mercado atual.

Unidade 4: Qualidade no atendimento das Agências de Viagens.
Unidade 5: Documentos e formulários de uma Agência de Viagens
Unidade 6: Outros serviços oferecidos.

Bibliografia Básica:

DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade no Atendimento das Agências de Viagens. Uma questão de gestão estratégica. São Paulo: ROCA, 2002.

TOMELIN, Carlos Alberto. Mercado de Agências de Viagens e Turismo – Como competir diante de novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001

BONA, André Luis Viola; PETROCCHI, Mário. Agências de Viagens: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2003.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, José Vicente. Turismo: Fundamentos e Dimensões. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

EMBRATUR. Normativa 161 de 09 de agosto de 1985.

Lei Geral de Turismo _ Lei 11771/ 2008

Estágio Supervisionado II 60 horas-aula

Ementa

Aplicação de conhecimentos teóricos em práticas desenvolvidas. Levantamento das atividades realizadas. Apresentação das normas de estágio. Orientação sobre os aspectos legais do estágio.

Objetivos

Organizar carga horária realizada.
Torná-lo ciente das normas de estágio.
Orientá-lo sobre a realização do estágio.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Atendimento semanal

Bibliografia Básica

Legislação Federal Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008

Normas de estágio do curso de Turismo

BISSOLI, Maria Marques Ambrizi. Estágio em Turismo e Hotelaria. São Paulo. Aleph. 2002

Bibliografia Complementar

Normas de estágio da FAP.

Periódicos

Direito Aplicado ao Turismo 60 horas-aula

Ementa

Antecedentes históricos do regime jurídico do turismo. Lei Geral de Turismo. Prestadores de serviços turísticos. Documentos de viagem. Reciprocidade. Controle

sanitário. Tratamento tributário de bagagem. Defesa do consumidor turístico.

Objetivos

Conhecer a história do Regime Jurídico do Turismo
Obter conhecimento sobre os prestadores de serviços turísticos
Saber as exigências sobre controle sanitário e tributário em viagens
Apreender conhecimentos sobre os direitos do consumidor turístico

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Antecedentes históricos do regime jurídico da atividade turística
UNIDADE 2: Lei Geral de Turismo
UNIDADE 3: Prestadores de serviços turísticos (agências, meios de hospedagem, transportadores, Organizadores de eventos, guiamento turístico, estabelecimentos de lazer)
UNIDADE 4: Documentos de viagem
UNIDADE 5: Reciprocidade
UNIDADE 6: Exigências da vigilância sanitária
UNIDADE 7: Tratamento tributário de bagagem
UNIDADE 8: Defesa do consumidor turístico

Bibliografia Básica

BOITEUX, Bayard do Couto. Legislação de Turismo: Tópicos de direito aplicado ao turismo. Rio de Janeiro: Ed. Campos. 2003
Lei Geral de Turismo: Lei N° 11.771/08
Legislação do Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda

Bibliografia Complementar

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. Direito do Turismo. São Paulo: Editora Senac, 2003
FERRAZ, Joandre Antônio. Regime Jurídico do Turismo. Campinas: Editora Papirus, 1992.

6º PERÍODO

Marketing Turístico I 60 horas-aula

Ementa

O significado do marketing de viagens e turismo, Compreensão do mix do marketing em viagens e turismo, Estratégias Competitivas no Turismo; Sistema de Informações Gerenciais – Comportamento do Cliente. Planejamento de Marketing Turístico e o Business Plan;

Objetivos

A apresentar o conteúdo relacionado ao seu aspecto estratégico.
Instrumentalizar os alunos para entenderem o contexto no qual funciona a moderna administração de negócios de Turismo, representado pelas organizações e pelas pessoas que dela participam e os desafios e tendências que a modernidade impõe ao gestor de turismo.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Apresentação do Marketing e relação com o Turismo.
UNIDADE 2: Modelos de Análises do Ambiente de Marketing
UNIDADE 3: O Marketing Mix – 4 P's
UNIDADE 4: Comportamento do Cliente
UNIDADA 5: Segmentação de Mercado
UNIDADE 6: Importância do Sistema de Informações de Marketing (SIM)
UNIDADE 7: Plano de marketing de cidades turístico

Bibliografia Básica:

MIDDLETON, V.T.C. Marketing de turismo: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ISABEL, M.B. Plano de Marketing e comercialização de produtos turísticos . São Paulo. Pioneira. 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. Marketing turístico. Um enfoque promocional. Campinas. São Paulo. Papirus.1990

Bibliografia Complementar:

KOTLER, PHILIP. GERTER, D. et al. Marketing de lugares. Como conquistar o crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. São Paulo: Pearson, 2006.

DIAS, R.; CASSAR, M. Fundamentos de Marketing Turístico. São Paulo. Pearson, 2005.

Elaboração e Análise de Projetos 60 horas-aula

Ementa

Projetos Turísticos: definições, tipologias e características. Etapas de elaboração de projetos: estudos técnicos de mercado, administrativos e financeiros. Linhas de investimentos e identificação de oportunidades de negócios. Análise de projetos regionais e locais.

Objetivos

Introduzir aos discentes conceituações acerca da elaboração de projetos turísticos.

Capacitar o aluno no uso das técnicas de elaboração de projetos para empreendimentos turísticos.

Identificar linhas de investimentos no mercado turístico atual.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1 – A política do turismo
Plano Nacional de Turismo
O Turismo na estrutura da administração pública
Políticas de ação e execução no SISTUR
O Estado no processo de planejamento do turismo
Governo, turismo e privatização
Unidade 2 – A pesquisa em turismo
Metodologias quantitativas e qualitativas

Métodos e técnicas de pesquisa aplicadas ao turismo
Pesquisas utilizadas em turismo
Coleta de dados
Análise e interpretação de dados
Unidade 3 – Inventário e estudos de diagnóstico em turismo
Oferta e demanda turística - metodologia da EMBRATUR
Sistematização do diagnóstico
Trabalho de prognóstico
Diretrizes de ação

Bibliografia Básica:

BENI, MÁRIO CARLOS. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2004.

DENCKER, ADA DE FREITAS MANETI. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9ª Ed. São Paulo: Futura, 2007.

PETROCCHI, MÁRIO. "Turismo, planejamento e gestão". 2ª Ed. São Paulo, Futura, 1999.

Bibliografia Complementar:

BISSOLI, MARIA ÂNGELA M. A. "Planejamento Turístico Municipal com suporte em sistemas de informação". São Paulo, Futura, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. Planificacion Del espacio turístico. 1ª Ed. México, Trilha, 1999

PETROCCHI, Mário. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001.

Planejamento Estratégico Aplicado ao Turismo I 60 horas-aula

Ementa

Conceitos básicos; Determinação de missão, visão, objetivos, negócios e metas; Ferramentas de análise ambiental e diagnóstico; Cenários. Modelo de Porter. Planejamento Estratégico: definições, aplicabilidade e benefícios: roteiro para elaboração; Diagnóstico empresarial.

Objetivos

Apresentar ao aluno os principais componentes do processo de planejamento nas organizações do setor turístico.

Proporcionar ao aluno a capacidade de realizar uma análise e diagnóstico dos ambientes externos e internos das organizações.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

UNIDADE 1: Introdução à administração estratégica e origens da estratégia;
UNIDADE 2: Oportunidades e ameaças do ambiente externo;
UNIDADE 3: Previsões de mercado e cenário;
UNIDADE 4: Negócio, missão, visão, princípios e objetivos;
UNIDADE 5: Análise interna;
UNIDADE 6: Análise externa;
UNIDADE 7: Análise SWOT.

Bibliografia Básica:

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark; PARNELL, John. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. Estratégia: a busca pela vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PETROCCHI, Mario. Turismo Planejamento e Gestão. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

Bibliografia Complementar:

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Organização Orientada para a Estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MINTZBERG, Henry. O Processo de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PETROCCHI, Mário. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001.

Gestão de Agências e Operadoras de Viagem II 30 horas-aula

Ementa

Roteiros Turísticos, conceituação, diferenças e principais características. Tipologia. Planejamento do roteiro. Escolha dos destinos. Definição de objetivos. Programação de passeios e excursões. Excursões e pacotes turísticos. Cotização e operação de roteiros. Montagem da folheteria.

Objetivos

Qualificar e capacitar alunos na pesquisa, planejamento, montagem, cotização e operação de roteiros turísticos nacionais e internacionais em suas diversas modalidades, sejam eles roteiros individuais, personalizados ou em grupos.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: Conceituação de roteiros Turísticos.
Unidade 2: Planejamento do roteiro.
Unidade 3: Programação de passeios e excursões: operação de roteiros..
Unidade 4: Folheteria.

Bibliografia Básica:

DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade no Atendimento das Agências de Viagens. Uma questão de gestão estratégica. São Paulo: ROCA, 2002.

TOMELIN, Carlos Alberto. Mercado de Agências de Viagens e Turismo – Como competir diante de novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001.

ANDRADE, José Vicente. Turismo: Fundamentos e Dimensões. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

ACERENZA, Miguel Angel. Agencias de Viajes. Organización y operación. México: TRILLAS, 1992.

BENI, Mário. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: ED SENAC, 2001.

EMBRATUR. Normativa 161 de 09 de agosto de 1985.

Gestão de Serviços em Alimentos e Bebidas I 60 horas-aula

Ementa

A história da alimentação; estabelecimentos comerciais e suas variações; equipamentos e suprimentos de alimentos e bebidas; organograma da área de A&B; teorias e técnicas para administração da área de A&B; complexidade da área de A&B; métodos de manuseio e armazenagem de alimentos; organograma; planejamento e operacionalização do setor de eventos.

Objetivos

Propiciar aos alunos como administrar o setor de A&B buscando um processo produtivo eficaz e rentável.

Orientar como se posicionar no mercado de trabalho.

Mostrar como é importante a busca da excelência no atendimento ao cliente.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: História da alimentação e dos estabelecimentos de alimentação
Unidade 2: Organograma, descrição e composição do quadro funcional;
Unidade 3: Tipos de restaurantes e suas peculiaridades;
Unidade 4: Equipamentos e suprimentos do restaurante;
Unidade 5: Método de produção de alimentos
Unidade 6: Planejamento do menu e pré-custo;
Unidade 7: Ficha técnica de alimentos e bebidas;
Unidade 8: Determinação dos preços de venda;
Unidade 9: Manuseio dos alimentos e política de sobras;
Unidade 10: Engenharia do menu;
Unidade 11: Inventários de materiais operacionais

Bibliografia Básica

DAVES, Carlos Eduardo. Alimentos e Bebidas. Caxias do Sul: EDUCS
Cândido, Índio. Controle em Hotelaria. Caxias do Sul. EDUCS
Castelli, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul. EDUCS

Bibliografia Complementar

Zanella, Luiz C. Administração de Custos em Hotelaria. Caxias do Sul: EDUCS
Davies, Carlos Eduardo. Cargos em Hotelaria. Caxias do Sul: EDUCS

Estágio Supervisionado III 60 horas-aula

Ementa

Aplicação prática de conhecimentos teóricos em práticas desenvolvidas. Levantamento das atividades realizadas. Apresentação das normas de estágio. Orientação sobre os aspectos legais do estágio.

Objetivos

Organizar carga horária realizada.

Torná-lo ciente das normas de estágio.

Orientá-lo sobre a realização do estágio.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas
Atendimento semanal

Bibliografia Básica
Legislação Federal Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008
Normas de estágio do curso de Turismo
BISSOLI, Maria Marques Ambrizi. Estágio em Turismo e Hotelaria. São Paulo. Aleph. 2002

Bibliografia Complementar
Normas de estágio da FAP.
Periódicos

Estatística Aplicada ao Turismo 30 horas-aula

Ementa
Conceitos matemáticos importantes para o estudo de estatística. Definição de estatística. População e amostra. Fonte de dados. Tipos de série. Distribuição por freqüência. Variáveis e freqüências. Agrupamento em classes. Representação gráfica. Medidas de uma distribuição. Medidas separatrizes. Medidas de dispersão. Amplitude semiquartil. Desvio médio. Desvio padrão. Coeficiente de variação. Números-índices. Elementos de probabilidade. Conceitos de probabilidade. Probabilidade conjunta. Probabilidade condicional.

Objetivos
Permitir uma visão integrada dos componentes de atuação do setor turístico. Proporcionar técnicas para a formulação e leitura de gráficos .

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas
Unidade 1- Estatística Descritiva
Introdução a estatistica
A importancia da estatística para o turismo
Arredondamento de dados
Porcentagem
Elementos da estatistica descritiva
Pesquisas: População ,amostra e variáveis
Amostragem aleatória
séries estatisticas
Distribuição de frequências
Gráficos estatísticos
Unidade 2: Medidas descritivas
Medidas de posição
Média aritmética
Moda
Mediana
Medidas de dispersão
Amplitude total

Desvio Padrão e variança
Coeficiente de variação
Escore Z

Unidade 3: Analise combinatória e probabilidades

Elementos de analise combinatória
Principio multiplicativo
Fatorial
Arranjos simples e com repetição
Permutação simples e com repetição
Combinação Simples
Elementos de probabilidade:
Conceito de probabilidade
Experimento aleatório
Espaço amostral
Eventos
Cálculo de probabilidades

Bibliografia Básica:

TIBONI, Conceição Gentil R. Estatística Básica para o curso de turismo. São Paulo: Atlas, 2003

BUNCHAFT, Guenia. Estatística sem mistério. Petrópolis:Vozes

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Atlas, 2002

Bibliografia Complementar:

CRESPO, Antonio Arnot. Estatistica Fácil. São Paulo: Saraiva, 2002

BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. . Estatistica Básica. São Paulo. Atual: 1988

7º PERÍODO

Marketing Turístico II 60 horas-aula

Ementa

O marketing na atividade turística – o esquema conceitual. Sistemas de informações. Segmentação de mercados. O produto turístico e a comercialização. Pesquisa de mercado. Comportamento do consumidor. Políticas de comunicação. Princípios básicos da formação de preços. A distribuição de produtos turísticos. O plano de marketing. A análise SWOT. Os desafios para o Século XXI – O projeto e a gerência dos serviços. A gestão do Cliente e o CRM

Objetivos

Entender o que significa a abordagem de marketing em uma organização em contraposição a outras abordagens possíveis.

Entender os impactos dessa abordagem em organizações que exerçam atividades turísticas.

Conhecer os principais conceitos norteadores, os ambientes de marketing e as variáveis de análise do comportamento do consumidor além dos processos de

segmentação e seleção de mercado-alvo.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1 - Marketing estratégico

Principais conceitos;

CRM e MKT de relacionamento;

Planejamento estratégico e planejamento de marketing;

Gerência de Marketing – Ciclo de Vida do Produto/Serviço;

Posicionamento – produto, marca, imagem, ADM de vendas /Gestão do Cliente;

Análise SWOT, Matriz BCG

Sistema de informações de marketing, pesquisa de mercado e os ambientes de marketing;

Comportamento do consumidor e comportamento de compra;

Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento da oferta.

Unidade 2 - Marketing Tático

O plano de marketing e suas características e cuidados.

O Marketing Mix – 4 P's

Desenvolvimento, estratégias e ciclo de vida de produto.

Abordagens, estratégias e planejamento de preços.

Estratégias de canais de distribuição, varejo e atacado.

Comunicação integrada de marketing, propaganda, promoção, vendas e relações públicas.

Bibliografia Básica:

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 9 ed. São Paulo, Prentice Hall: 2003.

NÓBREGA, Clemente. A ciência da gestão:.um físico explica a gestão – a maior inovação do século XX – como uma ciência. Rio de Janeiro, Senac Rio: 2004.

AMBRÓSIO, Vicente. SIQUEIRA, Rodrigo. Plano de Marketing Passo a Passo Serviços: um roteiro prático para lançar com sucesso serviços, idéias e outros intangíveis. Rio de Janeiro, Reichmann&Affonso: 2000

Bibliografia Complementar:

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. 10 ed. São Paulo, Prentice Hall: 2000.

KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI – como criar, conquistar e dominar mercados.São Paulo, Futura: 1999.

Gestão de Serviços em Alimentos e Bebidas II 30 horas-aula

Ementa

Atividades práticas de alimentos e bebidas nas áreas de cozinha e restaurante.

Objetivos

Dar ao aluno a possibilidade de vivenciar o dia a dia do restaurante.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas
Visitas técnicas
Organização de eventos
Simulação de casos

Bibliografia Básica:
PACHECO, Aristides. Manual do Maitre D'Hotel. SENAC.
MAITRE, Leonel. Restaurante: técnica de serviços. Universidade de Caxias do Sul: EDUCS

Bibliografia Complementar:
DAVIES, Carlos Alberto. Alimentos e Bebidas. Caxias do Sul. Editora EDUSC.
Periódicos

Planejamento Estratégico Aplicado ao Turismo II 30 horas-aula

Ementa
O Ciclo PDCA. Padronização das Atividades. Avaliação da Qualidade. Gestão da Qualidade Total – TQM. Os 10 Mandamentos para o TQM. Vantagem Competitiva. Mapeamento Estratégico. BSC. Perspectivas do BSC. Desafios da Decisão Estratégica. Definição de negociação.
Conceitos sobre negociação. Características e Aspectos Tangíveis da Negociação. Habilidades Comportamentais dos negociadores. Condução da Negociação.

Objetivos
Fornecer noções básicas sobre áreas de qualidade, padronização de atividades, vantagem competitiva, mapeamento estratégico, aplicação da ferramenta BSC e negociação.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas
Unidade 1: O Ciclo PDCA.
Unidade 2: Padronização das Atividades.
Unidade 3: Avaliação da Qualidade.
Unidade 4: Gestão da Qualidade Total – TQM.
Unidade 5: Os 10 Mandamentos para o TQM.
Unidade 6: Vantagem Competitiva.
Unidade 7: Mapeamento Estratégico.
Unidade 8: BSC. Perspectivas do BSC.
Unidade 9: Desafios da Decisão Estratégica.
Unidade 10: Definição de negociação.
Unidade 11: Conceitos sobre negociação.
Unidade 12: Características e Aspectos Tangíveis da Negociação.
Unidade 13: Habilidades Comportamentais dos negociadores.
Unidade 14: Condução da Negociação.

Bibliografia Básica:
MARTINELLI, D. Negociação empresarial: enfoque, sistema e visão

estratégica. São Paulo: Manoel, 2002

MATOS, F. G. Negociação: modelo de estratégia. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2003.

NORTON.David P. KAPLAN,Robert S. Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o Balanced Scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2000

Bibliografia Complementar:

BENNETT, J. W. et al. Um novo modelo para implementar a estratégia. Revista HSM Management. Maio/Junho, p. 16-22, 2001.

JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; LEUSIN, Sérgio. Gestão da qualidade. 8. ed Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PETROCCHI, Mario. Turismo Planejamento e Gestão. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2009. (?)

Estágio Supervisionado IV 130 horas-aula

Ementa

Levantamento das atividades realizadas. Elaboração da ficha de estágio. Apresentação das normas de estágio. Orientação sobre os aspectos legais do estágio.

Objetivos

Organizar carga horária realizada.

Torná-lo ciente das normas de estágio.

Orientá-lo sobre a realização do estágio.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Atendimento semanal

Bibliografia Básica

Legislação Federal Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008

Normas de estágio do curso de Turismo (?)

BISSOLI, Maria Marques Ambrizi. Estágio em Turismo e Hotelaria. São Paulo. Aleph. 2002 (?)

Bibliografia Complementar

Normas de estágio da FAP

Periódicos

Economia Aplicada ao Turismo 30 horas-aula

Ementa

Evolução e análise do pensamento econômico. História econômica . Definição de economia. Conceitos fundamentais. Riqueza, necessidade e utilidade. Problemas econômicos. Agentes econômicos. O funcionamento do sistema econômico. Produto turístico. Introdução à microeconomia. Mercado turístico. Equilíbrio de mercado _ representação gráfica. Introdução à Macroeconomia. Inflação. Desemprego. Produto interno bruto. Balança Comercial. Comércio internacional. Globalização.

Objetivos

Criar condições necessárias para um entendimento das relações econômicas e sociais no Brasil e no âmbito internacional, nas suas atribuições mais relevantes.

Conteúdo Programático e Unidades Didáticas

Unidade 1: Introdução à História Econômica.

Unidade 2: Noções Gerais de Economia. Conceitos Básicos.

Unidade 3: Conceitos básicos de microeconomia. Oferta e demanda (equilíbrio de mercado)

Unidade 4: Utilidade Marginal Decrescente.

Unidade 5: A Macroeconomia. Conceitos básicos de macroeconomia.

Unidade 6: Economia mundial e as macromudanças.

Unidade 7: A Economia Informal. Economia mundial e a globalização. Unidade 8: Estrutura de mercados. Balança Comercial.

Unidade 9: Relações internacionais e balanço de pagamentos.

Unidade 10: Planejamento Econômico do Turismo.

Bibliografia Básica

LEMOS, Leandro de. O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade. Editora Aleph: 2005

LAGE, Beatriza Helena. MILONE, Paulo César. Turismo na Economia: ABC do Turismo Editora Aleph: 2004

FERNANDES, Ivan Pereira. COELHO, Márcio Ferreira. Economia do Turismo Campus: 2002.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Antônio Barros & LESSA, Carlos Francisco. Introdução à

economia. Rio de Janeiro. Forense. 1999.

GREGORY, Mankiw N. Introdução à economia edição compacta: tradução da 3ª edição norte-americana: Editora Thomsom Learning. 2004.

APENDICE 3: Regulamento Geral do NÚCLEO DE PRÁTICAS EMPRESARIAIS E SOCIAIS – NPES da Faculdade Paraíso

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Este Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Núcleo de Práticas Empresariais e Sociais– NPES da Faculdade Paraíso.

Art. 2º. O NPES tem por finalidade:

a) Proporcionar aos estudantes envolvidos em projetos as condições necessárias à aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional;

b) Utilizar o mercado de trabalho como campo de pesquisa e aperfeiçoamento profissional;

c) Colocar os estudantes próximos do mercado de trabalho, buscando capacitá-los para o exercício profissional, sempre com respaldo técnico-profissional;

d) Desenvolver estudos e elaborar diagnósticos e relatórios nas áreas em estudo no curso e/ou atuação profissional;

e) Desenvolver e implantar soluções indicadas para problemas diagnosticados, com suporte de profissional qualificado (professor com devida capacitação técnica);

f) Incentivar o espírito empreendedor dos estudantes participantes.

Parágrafo Único: O NPES deverá desenvolver os objetivos citados acima sempre respeitando e atendendo as necessidades dos cursos de Administração, Letras, Pedagogia, Sistemas de Informação, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Gestão da Qualidade e Turismo através dos coordenadores dos referidos cursos.

CAPÍTULO II

DO LOCAL E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art.3º. O NPES funcionará na sede da Faculdade Paraíso e contará com estações de trabalho e local para reuniões e desenvolvimento de suas atividades.

Art.4º. O horário de funcionamento será de Segunda a Sexta, das 07:20 as 22:00 horas, e aos sábados, das 09:00 as 13:00 horas.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES

Art. 5º. O NPES ficará responsável por:

I – Gerenciar a execução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, sob as formas de Pesquisa Aplicada, Diagnóstico Empresarial e Social e Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Suporte Empresarial e Social, com escopo alinhado aos objetivos do NPE.

II - Acompanhar todas as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, bem como Estagio Curricular Supervisionado, Atividades Acadêmicas Complementares e de Iniciação Científica.

Art. 6º. As atividades a serem desenvolvidas pelo NPES deverão ser executadas de acordo com procedimentos de controles internos e metodologia de trabalho e de controle de qualidade formalmente definidos.

Art. 7º. O NPES possui número de participantes limitado e previamente aprovado pela Coordenação de Cursos e Coordenação Geral Acadêmica em conjunto com a Mantenedora.

Art. 8º. É vedado ao NPES:

I. Estabelecer qualquer vínculo empregatício com estudantes que exerçam quaisquer de suas atividades;

II. Efetuar quaisquer trabalhos que não estejam dentro do seu escopo de atividades a serem aplicadas ou não em cenário real, tais como: ceder estudantes para atividades de vendas, contatar clientes de quaisquer empresas, serviços operacionais de qualquer natureza ou gerenciais nas dependências de qualquer empresa, entre outras atividades de que tenham caráter de execução.

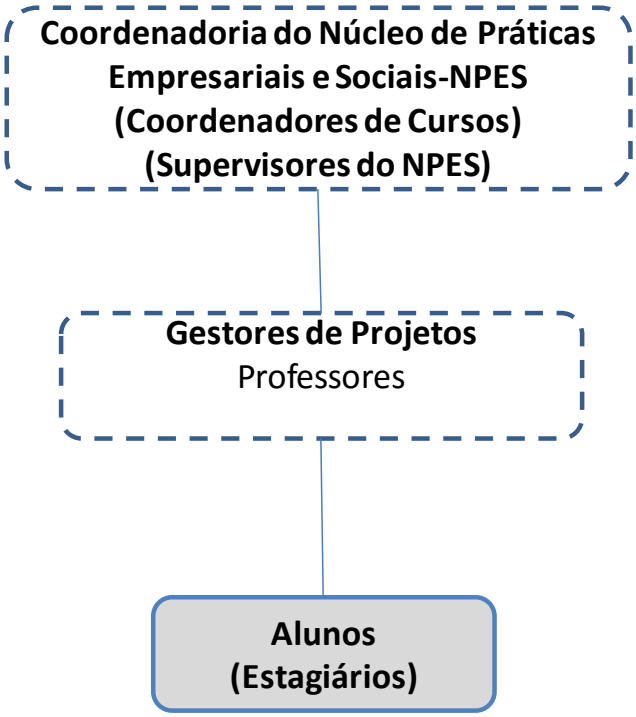
Art. 9º. É vedada a utilização do nome do NPES ou de suas instalações para fins não previstos nos objetivos do atual regulamento, bem como para campanhas ou promoções que não atendam os objetivos de aprendizagem.

Art. 10º. O NPES deve observar, na execução de suas atividades e trabalhos para terceiros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e tendo por princípios o empreendedorismo, a ética, a pró-atividade, a inovação, o profissionalismo, o desenvolvimento sustentável, o senso crítico e principalmente o caráter educacional associado à experiência prática.

CAPÍTULO IV

DAS PARTES ENVOLVIDAS

Art. 11º. Subordinado a Coordenação de Cursos de Graduação, o NPES terá o seguinte Organograma:



§1º. São as seguintes as principais responsabilidades da Coordenadoria do NPES, com relação aos projetos de Pesquisa Aplicada e Diagnóstico Empresarial e Social:

I – Participar da aprovação de projetos e ou eventos propostos pelo NPES, incluindo o planejamento do trabalho e ou evento e o cronograma de atividades;
II- Proceder à seleção dos docentes mais capacitados para desenvolvimento de cada projeto;
III – Acompanhar desenvolvimento de projetos aprovados e tomar decisões com o professor supervisor e a equipe de projeto, quando solicitado;
IV - Assegurar cumprimento de cronogramas dos projetos;
V - Dirigir reunião com professores supervisores;
VI – Aprovar o aproveitamento de horas de atividades complementares, de acordo com regulamento específico das atividades complementares;
VII – Aprovar o aproveitamento de Estágio Supervisionado, de acordo com regulamento específico do estágio curricular supervisionado.
VIII – Autorizar a expedição de Certificado de participação e desenvolvimento de projeto vinculado ao NPES, quando solicitado;

§2º. São as seguintes as principais responsabilidades da Coordenadoria do NPES, com relação aos Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como ao Estagio Curricular Supervisionado, as Atividades Acadêmicas Complementares e de Iniciação Científica:

I – Acompanhar desenvolvimento das atividades e tomar decisões com os respectivos responsáveis, quando pertinente ou solicitado;
II - Assegurar cumprimento dos regulamentos específicos e cronogramas de atividades;

III - Proceder a reuniões periódicas com base em relatórios de atualização de cada atividade;

§3º. São as seguintes as principais responsabilidades da Coordenadoria do NPES, com relação a aspectos genéricos e administrativos de suas atividades:

I - Preparar e apresentar relatórios de atividades no fim de cada período letivo;
II - Articular-se com instituições públicas e privadas para parceria ou convênios para desenvolver atividades de interesse comum;
III - Regulamentar e disciplinar o funcionamento interno do NPES;
IV - Estabelecer critérios para execução de cada Projeto, Evento ou Programa de ação e nomear os respectivos responsáveis para realização;
V – Com os avais da Diretoria Acadêmica e da Mantenedora da Faculdade Paraíso, regulamentar formalizar os acordos, convênios e termos de parcerias previstas neste Regulamento.

§4º. São as seguintes as principais responsabilidades do Professor Supervisor, com relação aos projetos de Pesquisa Aplicada, Diagnóstico Empresarial e Social e Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Suporte Empresarial e Social:

I - Estabelecer claramente o escopo de cada projeto a ser desenvolvido, o planejamento do trabalho e o cronograma de atividades, em conjunto com a Coordenadoria do NPES e, posteriormente, com os estudantes envolvidos.
II – Acompanhar os projetos dedicando-se a sua execução com excelência e tomar decisões sobre o andamento dos trabalhos e resolução de conflitos, com a equipe de projeto, e quando necessário, com a Coordenadoria do NPES;
III – Recomendar, quando aplicável, o aproveitamento de horas de atividades complementares, levando em consideração os projetos desenvolvidos;
IV – Recomendar, quando aplicável, o aproveitamento de estágio supervisionado, com o aval do professor responsável por estágio supervisionado;
V – Solicitar, se necessário, auxílio extra de estudantes para complementar e atender eventuais necessidades e, consequentemente, o adequado desenvolvimento de projetos;
VI - Prestar contas do andamento dos projetos a Coordenadoria do NPES.

§5º. São as seguintes as principais responsabilidades dos Estudantes, com relação aos projetos de Pesquisa Aplicada, Diagnóstico Empresarial e Social, e Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Suporte Empresarial e Social.

I - Conhecer e cumprir as normas deste regulamento, quando participante das atividades do NPES.
II – Conhecer e entender o escopo e participar do planejamento e estabelecimento do cronograma do Trabalho em que estiver envolvido.
III - Cumprir o planejamento e o cronograma estabelecidos em conjunto com professor supervisor.
IV - Apresentar o Relatório Final dos trabalhos de Pesquisa Aplicada/Diagnóstico Empresarial e Social/ Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Suporte Empresariais e Sociais a Coordenadoria do NPES, de acordo com o formato estabelecido em documento próprio para esse fim.

Parágrafo Único. As equipes de Gerência de Projetos serão formadas por 3 a 5 estudantes, tendo flexibilidade de alteração neste número em casos discutidos e aprovados pela Coordenadoria do NPES e do Curso. A quantidade de professores supervisores de projetos variará de acordo com a quantidade e, eventualmente, com as necessidades dos projetos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12°. As situações omissas ou de interpretações duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento deverão ser dirimidas pela Coordenadoria do NPES, ouvido o Diretor Acadêmico.

Art. 14°. Este Regulamento entra em vigor após sua aprovação pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, com expedição da respectiva e competente Resolução.

APÊNDICE 4: Regulamento das Atividades Complementares

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Artigo 1º - O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer as normas para as Atividades Acadêmicas Complementares – AAC´s que compõem o currículo pleno do **Curso de Graduação em Administração da Faculdade Paraíso – FAP** e que constituem requisito indispensável à conclusão do curso e a respectiva colação de grau.

Artigo 2º - O objetivo geral das AAC´s é o de flexibilizar a matriz curricular plena do curso e propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, porém não têm a finalidade de suprir conteúdos curriculares ministradas nos componentes curriculares

§ 1º - A escolha das AAC´s é de responsabilidade exclusiva do estudante, considerando-se que a sua finalidade precípua é o enriquecimento do currículo pleno, permitindo-lhe uma ampliação de seus conhecimentos fora do espaço da Faculdade, mas sempre em consonância com os conteúdos programáticos ministrados em cada componente curricular.

§ 2º - A carga horária atribuída pela Coordenadoria do NPES constará do histórico escolar do estudante ao término do curso.

CAPÍTULO II

DA CARGA HORÁRIA

Artigo 3º - As AAC´s, integrantes da matriz curricular plena, terão a carga horária correspondente à soma das cargas horárias das AAC´s determinadas no projeto pedagógico do curso, sendo equivalente a 200 horas para os 8 (oito) semestres mínimos de integralização do curso.

§ 1º - É desejável que o estudante realize tais atividades ao longo do curso de forma distribuída pelos 8 semestres. A conclusão do curso e a consequente colação de grau dependerão do cumprimento integral da carga horária total prevista, ou seja, 200 horas.

CAPÍTULO III

DOS TIPOS DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Artigo 4º - As AAC´s consideradas para os fins do caput do art. 2º são:

a. Iniciação Científica

b. Atividades de Extensão Internas

c. Atividades de Extensão Externas

d. Monitoria

e. Participação no NPES

f. Estudo de idioma estrangeiro

g. Serviços Sociais ou de voluntariado

§ 1º - A relação das AAC´s previstas no caput deste artigo possui características dinâmicas, e poderá ser alterada mediante deliberação do Colegiado de Curso conforme necessidades detectadas no decorrer do curso.

§ 2º - Não serão consideradas, em caso algum, atividades desenvolvidas pelo estudante antes do ingresso no curso.

§ 3º - A atribuição de carga horária à frequência em cursos de línguas estrangeiras só poderá ocorrer quando se tratar de curso regular, ministrado por Instituição regularmente constituída e registrada, bem como cadastrada na Faculdade. Esse cadastramento exige que a Instituição interessada expressamente admita eventual fiscalização de suas atividades pela Coordenadoria do NPES quanto à regularidade de seu funcionamento.

§ 4º - As AAC´s devem contemplar atividades variadas, ou seja, não serão consideradas atividades concentradas em um mesmo tipo.

§ 5º - Recomenda-se que o estudante consulte antecipadamente a Coordenadoria do NPES em relação à sua validade antes da realização das mesmas.

CAPÍTULO IV

DA ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Artigo 5º - Para o registro acadêmico, o estudante deve apresentar, ao Núcleo de Apoio ao Estudante, relatório discriminando as atividades complementares realizadas com a respectiva carga horária, devendo apresentar original para verificação do cumprimento de tais atividades. A apresentação das atividades complementares deve seguir a indicação de carga horária mínima e máxima conforme Tabela abaixo.

Atividades Complementares	Carga Horária Mínima	Carga Horária Máxima
a. Iniciação Científica	-	100
b. Atividades de Extensão Internas	50	-
c. Atividades de Extensão Externas	-	100
d. Monitoria	-	50
f. Participação no NPES	-	100
g. Estudo de idioma estrangeiro	-	50
h. Serviços Sociais ou de voluntariado	-	50

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 6º - As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento deverão ser dirimidas pela Coordenação Pedagógica do Curso, ouvido o Colegiado do Curso.

Artigo 7º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

Apêndice 5 – Regulamento do Estágio Supervisionado

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Estágio Supervisionado faz parte do currículo pleno e, portanto, é obrigatório para a obtenção do diploma. É parte integrante do curso de Turismo e condição indispensável para a conclusão do mesmo. É realizado em conformidade com a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. O estágio deve ser realizado sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, à qual cabe a decisão sobre a matéria, sendo necessária a existência de um instrumento jurídico (convênio) entre a unidade concedente do estágio e a instituição de ensino, onde estarão acordadas as condições de realização do estágio.

2. DOS OBJETIVOS

O estágio tem por objetivo proporcionar ao aluno uma experiência profissional, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências, o aprimoramento pessoal, profissional e de relacionamento inter-pessoal além da inserção no campo profissional. Visa integrar o processo ensino aprendizagem, favorecer a atualização e o uso de novas tecnologias, incentivar a iniciação científica e ser o elo entre a empresa e a instituição de ensino.

Além de atenuar o impacto da passagem da vida estudantil para o mercado de trabalho, o estágio deverá possibilitar ao aluno a aplicação prática dos conteúdos teóricos aprendidos, facilitando a melhor assimilação das disciplinas curriculares. Consiste, ainda, em instrumento de auto-avaliação sobre a escolha profissional do aluno, servindo como indicativo para a supressão de eventuais deficiências na sua formação acadêmica e orientação na continuidade dos seus estudos de especialização.

3. DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 1° - O aluno deverá possuir embasamento teórico que possibilite o entendimento dos objetivos propostos para cada atividade.

Art. 2° - O aluno deverá estar matriculado no módulo referente a estágio supervisionado.

Art. 3° - A empresa ou instituição concedente do estágio, deverá firmar um Termo de Compromisso entre as partes, com interveniência da IES.

Art. 4° - O estágio supervisionado será realizado em organizações legalmente constituídas, como órgãos públicos, empresas privadas, organizações estatais, órgãos representantes de classe e outros diretamente ligados ao turismo.

4. DA CONSTITUIÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 1° - O estágio terá duração mínima de 400 horas, distribuídas no decorrer do curso podendo ser cumprido em uma ou mais organizações que contemplem atividades de uma das áreas de concentração do Turismo:

Planejamento Turístico
Gestão do Turismo

Marketing Turístico
Agenciamento
Transporte Turístico
Hospedagem
Eventos

Art. 2° - Serão considerados dois níveis de estágio:
Pré-Profissional
Profissional

1º. Considerar-se-á estágio pré-profissional o desempenho de atividades em uma das áreas de concentração do Turismo, desde que não haja vínculo com empresa prestadora de serviços turísticos. Este nível deverá somar 90 horas. Ocorrerá nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, no 4° período, e Estágio Supervisionado II, no 5° período. No Estágio Supervisionado I a ser realizado no 4° período, o aluno deverá perfazer 30 horas. E, no Estágio Supervisionado II a ser executado no 5° período, 60 horas.

Após a conclusão integral das disciplinas do 1° período, o aluno poderá solicitar, à coordenação do curso, antecipação das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II a serem desempenhadas no 4° e 5° períodos, devendo para tanto, matricular-se nas mesmas.

& 2º. Considerar-se-á estágio profissional aquele de iniciação profissional, que colocará o discente diretamente no mercado de trabalho, através da inserção em empresa prestadora de serviços turísticos em uma das áreas de concentração acima citadas, sob acordos ou convênios de estágio entre a empresa cedente e a IES ou através de Centros de Integração. Deverá somar 160 horas.

Este nível ocorrerá nas disciplinas de Estágio Supervisionado III, no 6° período, e Estágio Supervisionado IV, no 7° período. Em estágio III, a ser realizado no 6º período o aluno deverá perfazer um total de 30 horas e em estágio IV, a ser realizado no 7º período o aluno deverá cumprir 130 horas.

Após a conclusão integral das disciplinas do 1° e 2° períodos, o aluno poderá solicitar, à coordenação do curso, a antecipação das disciplinas de Estágio Supervisionado III e IV a serem efetuados respectivamente no 6° e 7° períodos. Para tanto, deverá matricular-se nas mesmas.

& 3º. O aluno que já possua experiência profissional na área de turismo, poderá obter equivalência do estágio profissional e pré-profissional através da apresentação de documento oficial que comprove a experiência. O aluno deverá estar matriculado nas disciplinas de estágio correspondentes a estes níveis.

Art. 3° - Outras experiências adquiridas pelos alunos, relacionadas ao setor turístico, poderão servir para integralizar os créditos de estágio supervisionado, desde que sejam aprovadas pelo professor responsável pelo estágio.

Art 4° - O aluno que desejar suspender a realização do seu estágio, deverá comunicar, por escrito, ao professor responsável pelo estágio e a empresa concedente do mesmo com antecedência de 20 dias.

Caso o aluno não faça a comunicação, será considerado desistente e ficará impedido de assumir novo estágio por um prazo de dois meses.

5. DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 1° - A supervisão do estágio é realizada por um professor da FAP,

especialmente designado para tal tarefa. Cabe ao supervisor:

- Oferecer orientação ao aluno em aspectos referentes à área temática do estágio.
- Sempre que julgar necessário, discutir o andamento das atividades de estágio com o aluno e/ou coordenação do curso.
- Apreciar, aprovando ou rejeitando as propostas de estágio oferecidas ao aluno.
- Realizar a supervisão dos estágios orientando o aluno no desenvolvimento de seu trabalho e auxiliando-o nas soluções das eventuais dificuldades.
- Manter o aluno informado sobre as normas, da IES, sobre estágio, principalmente no que tange a prazos, desenvolvimento de conteúdos e critérios de avaliação.

6. DA AVALIAÇÃO

O professor responsável pelo Estágio procederá a avaliação baseado no cumprimento das etapas previstas, conforme exposto abaixo:

- Entrega de relatórios parciais contendo a aparte descritiva do diagnóstico, com caracterização da empresa, objetivos da atividade, área envolvida, dentre outros.
- O relatório parcial deverá seguir as normas da Instituição de Ensino.
- É importante que o aluno tome como referência o conteúdo das disciplinas, para as observações feitas nas atividades.
- Os relatórios parciais deverão ser entregues após o término de cada disciplina de estágio, no período de avaliação da IES.
- Os relatórios parciais deverão ser acompanhados de documentos que comprovem a realização da atividade.
- Ao término do curso deverá ser entregue um relatório final. Este agregará:
    - Os relatórios parciais.
    - Toda a documentação comprobatória das atividades.
    - Introdução descritiva das áreas de concentração onde as atividades foram desenvolvidas.
    - Os objetivos gerais do estágio.
    - Conclusão com análise reflexiva sobre o estágio comentando se os objetivos foram atingidos e qual a relevância do estágio desenvolvido para a formação do futuro bacharel em turismo.
    - Considerar-se-á aprovado o aluno que cumprir a carga horária de 400 horas, bem como, as demais exigências deste normativa.
- No relatório final, a ser entregue no final do curso, o aluno deverá fazer um relato sobre as atividades desenvolvidas, ressaltando a importância destas para o profissional de turismo.

Os casos omissos nesta normativa serão decididos pela coordenação do curso.